



# Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PROVA OBJETIVA - MANHÃ

Cargo: Técnico de Planejamento e Pesquisa

Concurso Público - IPEA-2023  
EDITAL Nº 01/2023 - IPEA  
de 29 de novembro de 2023.

## CONHECIMENTOS GERAIS PARA TODOS OS PERFIS E ESPECIALIDADES

### LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 30 (trinta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
  - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A)    ●    (C)    (D)    (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
  - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
  - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
  - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
  - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO** poderá levar o **Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO** serão levados em conta.
- 10 - O tempo disponível para esta Prova objetiva e a Prova Discursiva é de 4 (quatro) horas, já incluído o tempo para marcação do **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** ([www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)).

## CONHECIMENTOS GERAIS

### Impacto social da inteligência artificial

- 1 A inteligência artificial (IA) é uma tecnologia revolucionária que tem impactado significativamente diversas áreas da sociedade. Um dos aspectos mais marcantes desse impacto é a democratização de serviços, que permite o acesso e o usufruto dos benefícios por uma parcela cada vez maior da população. Entretanto, essa evolução tecnológica também traz consigo questões éticas complexas relacionadas à criação e ao desenvolvimento das inteligências artificiais. Portanto, o que é necessário considerar ao enfrentar o dilema ético?
- 2 A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. Dentre elas, é necessário destacar o acesso igualitário à informação. Por meio de assistentes virtuais e *chatbots*, pessoas com diferentes níveis de habilidades tecnológicas podem acessar informações, serviços e suporte de maneira mais fácil e eficiente. A tradução automática, por exemplo, facilita a comunicação entre populações que falam idiomas diferentes. Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos seus interesses.
- 3 Outra área em que a IA tem trazido melhorias é a de saúde e bem-estar. A aplicação na medicina proporciona diagnósticos mais precisos, descoberta de novos tratamentos e cuidados personalizados. Esses avanços têm o potencial de ampliar o acesso a serviços de qualidade, especialmente em áreas remotas e desfavorecidas. Na medicina de precisão, a IA identifica características genéticas específicas para selecionar os tratamentos mais adequados para cada paciente, o que permite maior eficiência e redução de custos associados a tratamentos ineficazes. Além disso, a IA favorece a telemedicina e a assistência médica remota, permitindo que médicos e profissionais de saúde prestem cuidados a pacientes distantes, o que é particularmente útil em áreas rurais ou com recursos médicos limitados, onde a presença física de um médico pode ser escassa. A telemedicina gera melhoria no acesso aos serviços de saúde, permitindo que mais pessoas recebam cuidados adequados.
- 4 A IA também tem contribuído para tornar o ensino mais acessível, desempenhando um papel significativo na educação de pessoas com necessidades intelectuais específicas e proporcionando suporte personalizado e adaptativo para atender às necessidades individuais. Plataformas de aprendizagem *on-line* e recursos inteligentes permitem a personalização e a adaptação dos métodos educacionais às necessidades individuais dos estudantes. Isso possi-

bilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade para pessoas em regiões com recursos limitados ou dificuldades de acesso à educação convencional.

- 5 Embora a inteligência artificial tenha o potencial de trazer benefícios sociais significativos, é importante considerar as questões éticas envolvidas em sua criação e seu desenvolvimento. Um dos desafios dessa natureza é a presença de vieses algorítmicos. Os algoritmos de IA podem refletir e perpetuar estigmas existentes na sociedade, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica. É fundamental que os desenvolvedores da ferramenta estejam conscientes dessas questões e adotem medidas para mitigar vieses, garantindo a equidade e a imparcialidade nos sistemas.
- 6 Outro desafio ético é a desigualdade digital. Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA. É crucial abordar essa desigualdade para garantir que a democratização dos serviços seja verdadeiramente inclusiva.
- 7 Para garantir que a IA seja um catalisador positivo para a sociedade, é fundamental salientar essas questões, adotar medidas para minimizar vieses, proteger a privacidade e trabalhar em direção a uma democratização inclusiva e acessível. Somente com uma abordagem responsável e colaborativa poderemos aproveitar todo o potencial da IA para o benefício de todos.

MORAES, Enio. **Jornal do Comércio**, 27 jun. 2023. Disponível em: <https://diariodocomercio.com.br/opiniao/impacto-social-da-inteligencia-artificial/#gref>. Acesso em: 19 nov. 2023. Adaptado.

- 1 De acordo com o texto, uma das preocupações essenciais para tratar as questões éticas relacionadas à inteligência artificial é
  - (A) garantir a inclusão digital da população.
  - (B) disponibilizar novos serviços aos usuários.
  - (C) investir em pesquisa para ampliar os recursos de IA.
  - (D) promover capacitação de desenvolvedores de ferramentas em IA.
  - (E) implementar algoritmos que reiterem concepções sociais tradicionais.

2

Depois de detalhar as diferentes contribuições da inteligência artificial no processo educacional da população o texto desenvolve a seguinte ideia:

- (A) a telemedicina tem permitido que profissionais de saúde prestem atendimento a moradores de áreas rurais.
- (B) a tradução automática é uma forma de acesso igualitária à informação de pessoas que falam idiomas distintos.
- (C) os algoritmos podem perpetuar estigmas sociais, como discriminação racial, de gênero e socioeconômica.
- (D) os assistentes virtuais e os *chatbots* facilitam o acesso à informação a pessoas de baixa habilidade tecnológica.
- (E) os tratamentos mais adequados a diferentes pacientes podem ser definidos a partir de estudo de suas características genéticas.

3

O principal recurso argumentativo empregado no texto para defender a existência de impactos sociais positivos da inteligência artificial é

- (A) a apresentação de depoimentos de pesquisadores que desenvolvem estudos sobre o assunto.
- (B) a descrição de projetos governamentais voltados ao aperfeiçoamento dessa tecnologia revolucionária.
- (C) a enumeração de diferentes institutos de pesquisa destinados a desenvolver ações de inclusão social.
- (D) o detalhamento de diferentes serviços que garantem à população o acesso igualitário à informação.
- (E) o emprego de expressões depreciativas com o objetivo de relativizar a visão negativa sobre o uso da IA.

4

O trecho do segundo parágrafo “A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras. **Dentre elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação” pode ser reescrito, de acordo com as exigências da norma-padrão da língua portuguesa, mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

- (A) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **onde** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (B) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **para as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (C) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (D) A inteligência artificial **tanto** tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **que** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.
- (E) A inteligência artificial tem possibilitado a democratização de serviços de várias maneiras, **dentre as quais** é necessário destacar o acesso igualitário à informação.

5

No texto, o referente do termo em destaque está corretamente explicitado entre colchetes no

- (A) parágrafo 2 – “Dentre **elas**, é necessário destacar o acesso igualitário à informação.” [democratização de serviços]
- (B) parágrafo 2 – “Já os algoritmos permitem que as pessoas descubram novos conteúdos baseados nos **seus** interesses.” [algoritmos]
- (C) parágrafo 4 – “**Isso** possibilita o acesso a materiais didáticos de alta qualidade” [necessidades individuais dos estudantes]
- (D) parágrafo 5 – “é importante considerar as questões éticas envolvidas em **sua** criação e seu desenvolvimento” [benefícios sociais]
- (E) parágrafo 7 – “é fundamental salientar **essas** questões, adotar medidas para minimizar vieses” [questões éticas]

6

A concordância do verbo destacado atende às exigências da norma-padrão da língua portuguesa em:

- (A) Ao levar em conta as questões éticas relacionadas aos algoritmos de reconhecimento facial, **percebe-se** as limitações da legislação atual.
- (B) Ao utilizar algoritmos em processos decisórios nas áreas de justiça e segurança pública, **reproduz-se** discriminações presentes na sociedade, tanto racial quanto de gênero.
- (C) Nos últimos anos, **constatou-se** mudanças significativas no modo como os usuários das redes sociais se deixam manipular pelos algoritmos digitais.
- (D) Para atender às demandas de democratização dos serviços relacionados à inteligência artificial, **optou-se** por investimentos mais altos na infraestrutura tecnológica.
- (E) Com o objetivo de facilitar a comunicação entre pessoas que falam idiomas diferentes, **desenvolve-se** assistentes virtuais de tradução automática.

7

Considere o seguinte trecho do 6º parágrafo:

Embora a IA tenha o potencial de democratizar serviços, ainda existe uma divisão digital significativa em várias partes do mundo. A falta de acesso à infraestrutura tecnológica, como conectividade à internet e dispositivos, limita a capacidade das pessoas de se beneficiarem plenamente das inovações da IA.

A relação lógica que se estabelece entre as duas frases é de

- (A) alternância
- (B) causalidade
- (C) concessão
- (D) condição
- (E) tempo



## Text I

**How good is the U.S. economy?  
It's beating pre-pandemic predictions.**

1 Americans might be reluctant to believe it, but on paper, the U.S. economy is doing pretty well. So well, in fact, that we're performing better than forecasts made even before the pandemic began.

2 The nation's employers added another 199,000 jobs in November, the U.S. Bureau of Labor Statistics reported on Friday. This means that overall employment is now 2 million jobs higher than was expected by now in forecasts made way back in January 2020 by the nonpartisan Congressional Budget Office.

3 The job market isn't the only front on which we have bested forecasts made before the pandemic. The overall size of the economy, as measured by gross domestic product, is larger than it was expected to be around now. The International Monetary Fund says that U.S. gross domestic product is higher today, in inflation-adjusted terms, than it had expected at the beginning of 2020. The IMF ran these calculations for countries around the world, and found the United States was an outlier in beating the organization's pre-covid forecasts.

4 So why did well-regarded professional forecasters underestimate the strength of the economy? And how is it that jobs and GDP are doing better than they expected, even as inflation has been unmistakably worse?

5 To some extent, all these things are related. Forecasters obviously did not anticipate the pandemic. They also did not anticipate the unprecedentedly enormous government response to the coronavirus. When the public health crisis hit and disemployed millions of American workers, policymakers implemented unusually generous fiscal and monetary stimulus.

6 Such measures helped get people back to work sooner, and avoided the long, painful effort back to normal that had followed the Great Recession. Thus, faster job growth. They also massively amplified consumer demand, at a time when the productive capacity of the economy (i.e., companies' ability to make and deliver the things their customers want) couldn't keep up. Employers faced all kinds of shortages — of products, materials, workers — and consumers anxious to buy stuff raised the prices of whatever inventory companies actually had available. Thus, faster price growth.

7 If you had asked me back in January 2020 how Americans might feel about an economy with an "extra" 2 million jobs, unemployment less than 4 percent, and inflation just over 3 percent, I probably would have guessed the public would be pretty content. However people are still furious about the extra price growth

they've already endured to date, and unimpressed by all that extra job growth. Maybe it's human nature for people to view better jobs or pay as things they've earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if both are, to some extent, two sides of the same coin.

Available at: <https://www.washingtonpost.com/opinions/2023/12/08/jobs-report-economy-beats-pandemic-predictions/>. Retrieved on: Dec. 12, 2023. Adapted.

## 8

According to Text I,

- (A) although the job market and the GDP are getting worse, prices are decreasing.
- (B) the increasing unemployment has contributed to people's positive perception of the U.S. economy.
- (C) the current predictions about the U.S. economy indicate that the job market will worsen in the future.
- (D) despite people's negative perception, the U.S. economy is doing well.
- (E) excessively positive forecasts about the U.S. economy have pushed prices up.

## 9

In Text I, in paragraph 4, one of the questions is "why did **well-regarded professional** forecasters underestimate the strength of the economy?"

The expression **well-regarded professional** forecasters can be rewritten, with no change in meaning, as

- (A) respected and experienced forecasters
- (B) enthusiastic and unskilled forecasters
- (C) kind and pretentious forecasters
- (D) strict and amateur forecasters
- (E) laid back and intense forecasters

## 10

In the sentence "Forecasters obviously did not **anticipate** the pandemic" (Text I, paragraph 5) the term **anticipate** could be replaced, with no change in meaning, by

- (A) precede
- (B) expect
- (C) need
- (D) hide
- (E) fight

## 11

In the sentence "I probably would have guessed the public would be **pretty content**" (Text I, paragraph 7), the expression **pretty content** can be rewritten, with no change in meaning, by

- (A) very discouraged
- (B) really satisfied
- (C) beautifully betrayed
- (D) poorly valued
- (E) slightly strong

12

In the sentence “Maybe it’s human nature for people to view better jobs or pay as things they’ve earned, while a painful price increase is something inflicted upon them — even if **both** are, to some extent, two sides of the same coin.” (Text I, paragraph 7), the word **both** refers to

- (A) “human nature” and “people”
- (B) “better jobs and pay” and “human nature”
- (C) “a painful price increase” and “people”
- (D) “people” and “things they’ve earned”
- (E) “better jobs and pay” and “a painful price increase”

## Text II

### UK Economy Forecast to Narrow GDP Gap with Germany by 2038

- 1 The UK will be Europe’s best-performing major economy in the next 15 years, narrowing the gap with Germany and extending its lead over France, according to new long-run forecasts.
- 2 The Centre for Economics and Business Research predicted that GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy.
- 3 Under CEBR’s long-run world economic rankings, the UK is expected to grow faster than all of the eurozone “big four” economies — France, Germany, Italy and Spain — but not as rapidly as the US.
- 4 “The fundamentals of the UK economy are still very much strong,” said Pushpin Singh, senior economist at CEBR. “London’s status as a financial and advisory services hub enduring, along with the wider strength of the services sector across the UK, will push UK growth.”
- 5 By 2038, Italy will drop out of the world’s top 10 economies by size, replaced by South Korea. The US and Germany will slip down the rankings, while India and Brazil — two developing economies with large populations — will rise within the top 10.
- 6 France will underperform the UK particularly due to its large public sector and high tax levels, while Germany’s manufacturing slowdown will help Britain narrow the gap, according to Singh.

Available at: <https://www.bnnbloomberg.ca/uk-economy-forecast-to-narrow-gdp-gap-with-germany-by-2038-1.2015577>. Retrieved on: Dec. 26, 2023. Adapted.

13

In paragraph 2, the author states that: “GDP growth in the UK will settle between 1.6% and 1.8% in the period up until 2038, helping it retain its position as the world’s sixth-largest economy”.

The expression **the world’s sixth-largest economy** from that statement is correctly translated into Portuguese in

- (A) o mundo e as seis maiores economias
- (B) o mundo e a sexta maior economia
- (C) as seis maiores economias do mundo
- (D) um sexto das maiores economias do mundo
- (E) a sexta maior economia do mundo

14

According to the forecast in paragraph 5, one could affirm in Portuguese, that **a economia brasileira terá uma boa colocação no ranking mundial**.

That affirmation is correctly translated into English in

- (A) The economy Brazilian will have a good position in the rankings world.
- (B) The Brazilian economy will have a good position in the world rankings.
- (C) The Brazilian economy will have a position good in the rankings of world.
- (D) An economy Brazilian will have the good position in the rankings of the world.
- (E) An economy Brazilian will have the position good in rankings world’s.

RASCUNHO



15

Considere o texto a seguir sobre a formulação de política pública.

No Brasil, o nascedouro de um sistema público de proteção ao emprego que amparasse os desempregados data de 1986, com o seguro-desemprego, sendo, em 1988, incluído na Constituição Federal, definindo fundo específico para ações que envolvem também a intermediação de empregos e a qualificação. Nesse contexto, a elaboração da política de economia solidária no país é uma estratégia de governo para aprimorar os caminhos tomados pelas políticas de emprego e desenvolvimento; trata-se de uma política de atenção aos grupos sociais mais vulneráveis ao desemprego estrutural e ao empobrecimento. Desse modo, a economia solidária se situa entre as novas perspectivas de relações de trabalho agenciadas por políticas públicas, derivando a importância da evidência das demandas e/ou problemas intrínsecos a ela. A expressão economia solidária pode servir para designar práticas econômicas populares que estão fora do assalariamento formal — como comércio ambulante, pequenas oficinas, serviços autônomos, artesanato, confecções de costura —, englobando ações que são individualizadas e outras que agrupam pessoas com sentido de coletividade, provocando a solidariedade na produção econômica, propriamente.

BARBOSA, R. Economia solidária: estratégias de governo no contexto da desregulamentação social do trabalho. In: SILVA e SILVA, M.; YAZBEK, M. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2006. p. 90-101. Adaptado.

Na elaboração dessa política pública visando às unidades produtivas, identifica-se o seguinte problema:

- (A) excessiva legislação de regulação do trabalho coletivo ou autogestionário
- (B) preponderância de investimento em pesquisa aplicada em sustentabilidade
- (C) específica comercialização da cadeia produtiva do trabalho autogestionário
- (D) abrangente pulverização de crédito pelas grandes aglomerações financeiras
- (E) elevada capacitação de trabalhadores na especificidade técnica da autogestão

16

No texto a seguir, reflete-se acerca de processos e atores das políticas públicas.

As transformações do Estado impactam diretamente nas transformações das políticas públicas e vice-versa. Estas, derivadas da sociedade civil, especificamente do terceiro setor, são indicadores de ampliação dos espaços historicamente reservados às elites. A reflexão sobre as possíveis articulações entre políticas públicas e desenvolvimento com pretensões sustentáveis, exige um entendimento dos processos políticos e das estruturas de poder que influenciam as decisões e as medidas de governo. A gestão do Estado é um processo intrincado que requisita a negociação de interesses diversos, envolvendo atores sociopolíticos influentes e poderosos, o que é especialmente complexo no Brasil. Apesar das dificuldades políticas e institucionais para influenciar o processo de desenvolvimento, a sociedade civil brasileira encontra formas de aumentar a sua esfera de influência política e direcionar políticas públicas.

MENDES, A. *et al.* Políticas públicas, desenvolvimento e as transformações do Estado brasileiro. In: SILVA, C.; SOUZA-LIMA, J. (org.). **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 31-32. Adaptado.

Com relação aos atores sociais implicados no desenvolvimento nacional, a concepção de políticas públicas eficazes deve ter como objetivo a(o)

- (A) secundarização do terceiro setor, que apresenta baixo grau de empregabilidade e se restringe a campanhas de mobilização.
- (B) relativização do modelo de parcerias público-privadas, que fracassa em sua experiência internacional, como a estadunidense.
- (C) implementação de programas de ajuste estrutural, adequados ao Consenso de Washington, que visa ao protecionismo comercial e financeiro nacional.
- (D) engajamento da sociedade civil na elaboração, na implementação e no monitoramento de projetos de desenvolvimento, que reforçam a democracia.
- (E) estímulo do modelo desenvolvimentista alicerçado no Estado, capital doméstico e internacional, que reforça a nacionalização da economia.

RASCUNHO

17

Sobre a análise de políticas públicas, considere o texto abaixo.

Para a análise de políticas públicas, podem-se agrupar várias atividades, tendo como resultado um conjunto de processos político-administrativos. Surge um esquema de análise de políticas públicas que se atém aos processos e evita análises sobre a substância das políticas: pretende-se entender como as decisões são tomadas ou como deveriam ser tomadas, mais do que identificar quem ganha o quê e por quê.

DYE, T. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In: HEIDEMANN, F.; SALM, J. **Políticas públicas e desenvolvimento**. Bases epistemológicas e modelos de análise. Brasília: UnB, 2009. p. 103-104. Adaptado.

No conjunto de processos político-administrativos vinculados à política pública, identifica-se a atividade específica que visa estudar os programas governamentais, relatando os seus *outputs*, considerando os seus impactos sobre os grupos-alvo e sobre os outros grupos, além de propor mudanças e ajustes; trata-se de uma atividade funcional de mensuração e análise.

Na análise de políticas públicas, essa atividade específica consiste na

- (A) avaliação de políticas
- (B) montagem da agenda
- (C) formulação de propostas
- (D) identificação de problemas
- (E) implementação de programa

18

O texto a seguir aborda a política pública de combate à fome no Brasil.

As causas da fome são estruturais e continuarão a produzir exclusão social. Portanto, é necessário promover a articulação das políticas estruturais com as políticas específicas de combate à fome. Logo, um programa de combate à fome no Brasil, como o Cartão Alimentação, é justificado pelo seguinte conjunto de razões: possibilita a sua massificação rapidamente sem ser inflacionário, pois impacta a pequena produção familiar agropecuária; é um programa típico keynesiano, tendendo a expandir-se em épocas de recessão e de se contrair nas de crescimento acelerado; é temporário e associado a outros programas, como o bolsa-escola, o seguro desemprego e o bolsa-alimentação; permite a implantação de sistemas de controle, de modo a exigir sempre uma contrapartida em termos de ocupação e emprego dos beneficiários; e combina o caráter emergencial de assistência direta às famílias mais pobres com políticas setoriais de reestruturação econômica, como a reforma agrária, a política agrícola e a geração de mais e melhores empregos.

SILVA, G.; BELIK, W. TAKAGI, M. Os desafios de uma política de segurança alimentar no Brasil. In: CIMADAMORE, A.; DEAN, H.; SIQUEIRA, J. (Org.). **A pobreza do Estado**. Buenos Aires: CLACSO, 2006. p.151-152. Adaptado.

O conjunto de razões apresentado justifica especificamente um programa de

- (A) transferência de renda em dinheiro
- (B) fornecimento de alimentos em espécie
- (C) transferência de renda em crédito agrícola
- (D) caridade às famílias mais pobres das cidades
- (E) transferência de renda vinculada à compra de alimentos

RASCUNHO



## 19

O texto abaixo apresenta a descrição de um estágio da política pública.

Depois que um problema público conseguiu entrar na agenda política, depois que foram formuladas várias opções para resolvê-lo e depois que o governo estabeleceu os objetivos políticos e se decidiu por um curso de ação, ainda cabe a ele colocar a decisão em prática. Enquanto a maioria das decisões políticas identifica os meios para perseguir seus objetivos, as escolhas subsequentes têm de alcançar resultados. Para que uma política funcione, há que se alocar fundos, designar pessoas e desenvolver regras de como proceder. Esse estágio do ciclo da política pública depende de servidores públicos e de funcionários administrativos para estabelecer e gerenciar as ações necessárias, contando, também, com atores não governamentais que fazem parte do subsistema político-administrativo.

HOWET, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública**. Seus ciclos e subsistemas. Uma abordagem integral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. p.179. Adaptado.

Essa descrição se refere integralmente ao seguinte estágio de uma política pública:

- (A) Avaliação de política: *policy-making* como aprendizagem
- (B) Montagem da agenda: a construção dos problemas
- (C) Tomada de decisão: escolhas positivas e negativas
- (D) Implementação de política: atores e atividades
- (E) Formulação política: instrumentos e *design*

## 20

Considere o texto sobre a Constituição Federal de 1988.

A Constituição Federal de 1988 (CF/88) tem expressamente uma constituição econômica voltada para a transformação das estruturas sociais. O capítulo da Ordem Econômica da CF/88 (Artigos 170 a 192) tenta sistematizar os dispositivos relativos à configuração jurídica da economia e à atuação do Estado na economia, isto é, os preceitos constitucionais que, de um modo ou de outro, reclamam a atuação estatal no domínio econômico, embora estes temas não estejam restritos a este capítulo do texto constitucional. Em sua estrutura, o capítulo da Ordem Econômica engloba, no Artigo 170, os princípios fundamentais da ordem econômica brasileira, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tendo por finalidade assegurar a todos uma existência digna de acordo com a justiça social. Além desses princípios estruturantes, a ordem econômica da CF/88 engloba dispositivos que tratam da ordem econômica no espaço e no tempo.

BERCOVICI, G. Os princípios estruturantes e o papel do Estado. *In*: CARDOSO Jr., J. (Org.). **A Constituição Brasileira de 1988 revisitada**. Brasília: Ipea, 2009. p. 256. Adaptado.

No texto constitucional, para além dos princípios, a ordem econômica no espaço está configurada nas disposições sobre

- (A) Reforma agrária e política urbana
- (B) Soberania nacional e defesa do meio ambiente
- (C) Livre concorrência e redução das desigualdades sociais
- (D) Função social da propriedade e busca do pleno emprego
- (E) Defesa do consumidor e redução das desigualdades regionais

## 21

Determinada lei municipal instituiu pensão por morte e por invalidez para os representantes políticos municipais, beneficiando os ex-ocupantes dos cargos, seus cônjuges ou companheiros sobreviventes, bem como seus descendentes consanguíneos de 1º grau.

À luz da Constituição Federal, a lei em questão é

- (A) válida, conforme arquétipo constitucional, que concede tal vantagem ao Presidente da República.
- (B) válida, caso presentes os mesmos parâmetros utilizados para a concessão da mesma pensão no modelo da Constituição Federal.
- (C) válida, desde que haja previsão do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência.
- (D) inválida, por criar despesa sem apontar a respectiva fonte de custeio ou as medidas de compensação orçamentária.
- (E) inconstitucional, por ofender os princípios da Administração Pública, em especial o da igualdade, desvelando tratamento privilegiado.

## 22

O assessor jurídico de uma agência de fomento foi incumbido de avaliar um projeto que se baseava em uma norma estadual, de iniciativa popular, que previa a afetação de 10% do orçamento bruto a programas agrícolas. Há dúvidas sobre a compatibilidade dessa norma com a Constituição Federal.

Após estudar o caso, o assessor constatou que essa norma é

- (A) incompatível, uma vez que é de iniciativa do Poder Executivo propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (B) incompatível, sendo do Poder Legislativo a iniciativa de propor leis voltadas a estabelecer o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais.
- (C) compatível, uma vez que a lei objetiva incentivar determinado setor econômico e não vincula receitas de determinados impostos de competência do Estado.
- (D) compatível, já que é pacífica a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que a reserva de lei de iniciativa do Chefe do Executivo só se aplica no caso dos territórios federais.
- (E) compatível, obedecendo às regras constitucionais, no que diz respeito à iniciativa das leis, como corolário da autonomia, independência e harmonia dos Poderes e reveladoras do sistema federativo.

## 23

Considere o texto a seguir sobre a situação dos quilombolas.

A Constituição Federal de 1988 estabelece o direito à propriedade aos remanescentes das comunidades de quilombos que ocupem suas terras, cabendo ao Estado o dever de emissão dos títulos de propriedade. Essas terras ficaram conhecidas como Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas. [...] De fato, apenas em 2003, o processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos foi regulamentado, tendo como órgão responsável na esfera federal o Incra.

GONÇALVES, G. **Acesso à água de famílias quilombolas inscritas no cadúnico e aspectos associados**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Ipea, 2021. p. 6. Adaptado.

Pela primeira vez na história, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) investigou integrantes dos povos e comunidades tradicionais. De acordo com dados do Censo 2022, a população quilombola do país é de 1,32 milhão de pessoas, ou 0,65% do total de habitantes do país.

A elaboração de uma política pública voltada à comunidade quilombola deve incorporar o seguinte dado socioespacial:

- (A) todas as unidades federadas contêm territórios quilombolas.
- (B) a maioria da população quilombola reside em terras tituladas.
- (C) o Nordeste concentra mais da metade do total de quilombolas.
- (D) a maioria quilombola vive em territórios oficialmente delimitados.
- (E) o Norte detém a maioria de quilombolas em territórios delimitados.

## 24

Considere o texto abaixo sobre novas tecnologias no mundo do trabalho.

A chamada quarta revolução industrial, em pleno curso na atualidade, baseia-se na difusão e na integração das tecnologias já utilizadas desde os anos 1970, por meio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), bem como em novos avanços tecnológicos nos campos da inteligência artificial, da nanotecnologia e da biologia. Essa revolução traz em seu bojo a possibilidade de automação de atividades altamente especializadas e não rotineiras. As alterações nos padrões sociais e tecnológicos impostos pela atual revolução tecnológica impõem a necessidade de ajustes nas políticas públicas, em particular daquelas relacionadas ao mercado de trabalho. No Brasil, a introdução de tecnologias relacionadas à quarta revolução industrial ocorre, mas é, ainda, incipiente, principalmente devido às deficiências na infraestrutura de comunicações, ao alto custo de importação de máquinas e equipamentos e ao reduzido grau de inovação tecnológica verificado para o conjunto da economia.

MACIENTE, A.; RAUEN, C.; KUBOTA, L. **Tecnologias digitais, habilidades ocupacionais e emprego formal no Brasil entre 2003 e 2017**. Brasília: Ipea. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise, ano 25, n. 66, abr. 2019. p. 2. Adaptado.

No Brasil, essas novas tecnologias provocam o seguinte impacto no mundo do trabalho:

- (A) redução do grau de especialização dos trabalhadores formais
- (B) diminuição do grau de competitividade das empresas no mercado
- (C) queda do uso de habilidades cognitivas nos setores de comunicação
- (D) desempenho de atividades rotineiras por máquinas e/ou computadores
- (E) busca de soluções pelo trabalhador bloqueada por tecnologias de informação

25

O texto abaixo aborda a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Um ponto importante é que as especificidades da composição populacional variam ao longo do tempo como decorrência dos processos históricos de cada sociedade. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Destaca-se que um dos processos mais marcantes da dinâmica demográfica que está em curso no Brasil é a transição demográfica. Nessa perspectiva, a transição demográfica consiste na passagem de uma sociedade rural e tradicional, com altas taxas de natalidade e mortalidade, para uma sociedade urbana e moderna, com essas mesmas taxas em índices reduzidos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p.7. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

A transição demográfica do Brasil atual provoca o seguinte efeito na dinâmica populacional:

- (A) aumento da proporção relativa de pessoas em idade ativa, devido ao bônus demográfico em andamento
- (B) elevação da razão de dependência de crianças e adolescentes, em comparação à de adultos e idosos
- (C) redução dos gastos governamentais com seguridade social, devido ao início do período do bônus demográfico
- (D) impedimento da agregação de indivíduos da faixa etária senil à população em idade ativa
- (E) incremento da elevação das taxas de fecundidade total vinculado ao aumento da expectativa média de vida

26

O texto abaixo discute a questão das cidades e da estrutura produtiva.

As cidades integrantes de uma rede urbana se diferenciam pelos seus tamanhos populacionais, mas também, e sobretudo, em razão da oferta e da qualidade dos serviços que oferecem, como escolas, hospitais, bancos, comércio e universidades. O avanço da transição urbana a partir dos anos 1980, juntamente com a progressão da transição demográfica, diminuiu as taxas de crescimento da população. Muitas regiões e cidades, porém, aumentaram seu peso demográfico por causa dos fluxos migratórios. O contexto da crise econômica abriu então alternativas para cidades de menor porte, especialmente em razão da periferização dos centros urbanos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018. p. 51. (Texto para Discussão n. 2.415). Adaptado.

Nesse contexto de transição, a partir da década de 1990, identifica-se o seguinte processo socioespacial específico:

- (A) extinção de tecnopolos no Centro-Sul
- (B) estagnação da fronteira agrícola no Norte
- (C) contração do dinamismo das capitais regionais
- (D) desconcentração industrial de regiões metropolitanas
- (E) retração demográfica e produtiva das cidades médias

27

Considere o texto sobre a Lei Júlio Lancellotti.

A Lei 14.489, de 2022, é designada Lei Padre Júlio Lancellotti por uma referência ao religioso que, desde 1986, promove trabalhos sociais na cidade de São Paulo. Coordenador de uma pastoral, Lancellotti usou uma marreta para remover pedras pontiagudas instaladas sob um viaduto pela prefeitura da capital paulista. O gesto já foi repetido em outras ocasiões pelo padre, que usa sua página numa rede social para denunciar a arquitetura hostil em outras cidades. Essa lei altera o Estatuto da Cidade para estabelecer entre suas diretrizes a “promoção de conforto, abrigo, descanso, bem-estar e acessibilidade na fruição de espaços livres de uso público, seu mobiliário e interfaces com espaços de uso privado”.

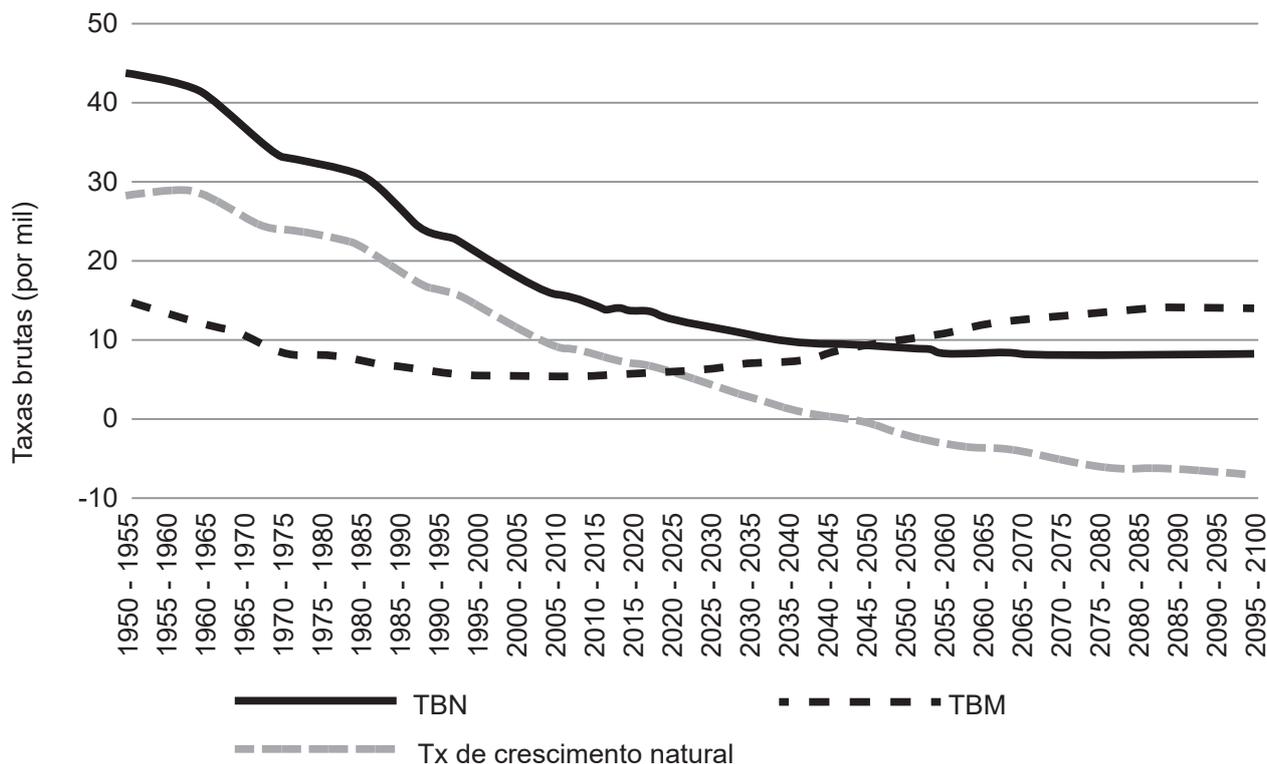
Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/22/lei-padre-julio-lancellotti-que-proibe-arquitetura-hostil-e-promulgada>. Acesso em: 20 nov. 2023. Adaptado.

Essa recente lei tem como propósito principal evitar a

- (A) especulação imobiliária, discriminando os materiais de construção adequados para os espaços públicos.
- (B) prescrição do Estatuto da Cidade, garantindo a fruição de espaços públicos urbanos livres de arquitetura hostil.
- (C) exclusão social de grupos vulneráveis, garantindo a acessibilidade de pessoas em situação de rua aos espaços públicos.
- (D) permanência de grupos sociais minoritários nos espaços públicos, indicando a prática de uma arquitetura menos hostil.
- (E) utilização popular indiscriminada de praças, calçadas, viadutos e jardins, restringindo o vandalismo nos espaços públicos.

28

Considere o gráfico sobre a demografia no Brasil.



Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/590233>. Acesso em: 18 nov. 2023. Adaptado.

A análise do comportamento demográfico, no período 2020-2025, conduz à seguinte conclusão:

- (A) o crescimento vegetativo está em elevação, decorrente da alta fecundidade.
- (B) o bônus demográfico está em pleno curso, face às condições históricas.
- (C) o saldo migratório está em estagnação, em virtude das crises econômicas.
- (D) a taxa de natalidade está em alta, devido à urbanização acelerada.
- (E) a taxa de mortalidade está em declínio, com o fim da pandemia de Covid-19.

29

O texto a seguir trata da urbanização brasileira.

No Brasil, verificam-se recentes transformações ocorridas nas relações entre os territórios urbanos, bem como no perfil demográfico, produtivo e funcional dos municípios. Além das áreas de concentração de população, o IBGE também identifica os chamados arranjos populacionais, agrupamentos de dois ou mais municípios com forte integração populacional, assim como municípios isolados, com população superior a 100 mil habitantes, que, juntos, conformam concentrações urbanas. O Ipea define aglomerações urbanas como aquelas “formadas por áreas urbanizadas integradas – logo funcionalmente complementares” e que podem ser constituídas por espaços urbanizados contínuos e descontínuos. Constatam-se mudanças na morfologia urbana, apoiadas no predomínio do automóvel, nas tecnologias de informação e na localização de empresas e moradias em locais mais distantes, que vêm provocando uma “metropolização expandida”, ou seja, uma expansão territorial metropolitana que resulta em mudança completa na estrutura, forma e função das metrópoles.

MOURA, R.; PÊGO, B. **Aglomerações urbanas no Brasil e na América do Sul**: trajetórias e novas configurações. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 8. (Texto para Discussão n. 2.203). Adaptado.

Essa metropolização expandida é comprovada pela configuração de:

- (A) capitais regionais que controlam os movimentos pendulares.
- (B) cidades conurbadas que respondem por forte rede de fluxos.
- (C) centros locais que atendem à expansão da fronteira agrícola.
- (D) cidades médias que apresentam decréscimo demográfico.
- (E) metrópoles nacionais que inibem a segregação socioespacial.

30

O texto a seguir aborda a questão da sustentabilidade energética no Brasil.

As projeções de consumo e oferta de energia para 2030, elaboradas pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE), apontam continuidade do perfil da matriz energética brasileira, com maior grau de dependência de combustíveis fósseis, altamente dependente do petróleo. As novas hidrelétricas e outras fontes renováveis, como a eólica e a geração termelétrica com o bagaço da cana, são os elementos que indicam a possibilidade de fontes renováveis na área de geração elétrica. [...] O primeiro aerogerador a entrar em operação comercial no país foi instalado em Fernando de Noronha, em 1992. Do ponto de vista da sustentabilidade ambiental, virtuosamente a participação de fontes eólicas nos últimos anos tem ganhado espaço junto à matriz elétrica nacional.

IPEA. Sustentabilidade ambiental no Brasil: biodiversidade, economia e bem-estar humano. Brasília: Ipea. **Comunicados Ipea**, fev. 2011, p. 1-7. Adaptado. DINIZ, T. Expansão da indústria de geração eólica no Brasil: uma análise à luz da nova economia das instituições. Brasília: Ipea. **Planejamento e políticas públicas**, n. 50, jan.-jun. 2018. p. 234. Adaptado.

A maior capacidade instalada para a geração de energia eólica do país está concentrada na seguinte região:

- (A) Norte, com financiamento do BNDES
- (B) Centro-Oeste, com supervisão da ANEEL
- (C) Sul, com contratação de usinas em leilões
- (D) Sudeste, com intervenção da Eletrobras
- (E) Nordeste, com participação pública e privada

RASCUNHO

**RASCUNHO**

**Perfil III - Planejamento, Pesquisa e Avaliação de Políticas Públicas e da Gestão Governamental**  
**Especialidade: POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIEDADE****LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO.**

- 01 - O candidato recebeu do fiscal o seguinte material:
- este **Caderno de Questões**, com o enunciado das 70 (setenta) questões objetivas, sem repetição ou falha, com valor de 1,0 ponto cada.
  - Cartão-Resposta** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.
- 02 - O candidato deve verificar se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão-Resposta**. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 03 - Após a conferência, o candidato deverá assinar, no espaço próprio do **Cartão-Resposta**, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**.
- 04 - O candidato deve ter muito cuidado com o **Cartão-Resposta**, para não o **dobrar, amassar ou manchar**. O **Cartão-Resposta SOMENTE** poderá ser substituído se, no ato da entrega ao candidato, já estiver danificado.
- 05 - Logo após a autorização para o início das provas, o candidato deve conferir se este **Caderno de Questões** está em ordem e com todas as páginas. Caso não esteja nessas condições, o fato deve ser **IMEDIATAMENTE** notificado ao fiscal.
- 06 - Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no **Cartão-Resposta**, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, com **caneta esferográfica de tinta preta, fabricada em material transparente**, de forma contínua e densa. A leitura óptica do **Cartão-Resposta** é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, **mesmo que uma das respostas esteja correta**.
- Exemplo: (A)      ●      (C)      (D)      (E)
- 07 - As questões objetivas são identificadas pelo número que se situa acima do seu enunciado.
- 08 - **Será eliminado** deste Concurso Público o candidato que
- for surpreendido, durante as provas, em qualquer tipo de comunicação com outro candidato;
  - portar ou usar, durante a realização das provas, aparelhos sonoros, fonográficos, de comunicação ou de registro, eletrônicos ou não, tais como agendas eletrônicas e(ou) similares, gravadores, *pen drive*, mp3 *player* e(ou) similar, fones de ouvido, chaves com alarme ou com qualquer outro componente eletrônico, relógios de qualquer natureza, telefones celulares, microcomputadores portáteis e(ou) similares;
  - se ausentar da sala em que se realizam as provas levando consigo o **Caderno de Questões** e(ou) o **Cartão-Resposta**;
  - se recusar a entregar o **Caderno de Questões** e/ou o **Cartão-Resposta**, quando terminar o tempo estabelecido;
  - não assinar a **lista de presença** e(ou) o **Cartão-Resposta**.
- Obs.** O candidato só poderá ausentar-se do recinto das provas após **duas horas** contadas a partir do efetivo início das mesmas. Por motivos de segurança, o candidato **NÃO poderá levar o Caderno de Questões**, a qualquer momento.
- 09 - O candidato deve reservar os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão-Resposta**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões NÃO serão levados em conta**.
- 10 - **O tempo disponível para estas provas de questões objetivas é de 4 (quatro) horas**, já incluído o tempo para marcação do seu **Cartão-Resposta**, findo o qual o candidato deverá, obrigatoriamente, entregar o **Cartão-Resposta**, o **Caderno de Questões** e assinar a **Lista de Presença**.
- 11 - As questões e os gabaritos das Provas Objetivas serão divulgados a partir do primeiro dia útil após sua realização, na página da **Fundação Cesgranrio** ([www.cesgranrio.org.br](http://www.cesgranrio.org.br)).

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1

Classicamente é possível, de forma geral, definir os tipos de pesquisa científica, considerando três categorias. Associe as categorias às suas características específicas apresentadas a seguir.

- |                                                                   |                                      |
|-------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|
| I – Pesquisa descritiva                                           | P – Testa hipótese de descrição      |
| II – Pesquisa de associação sem interferência entre as variáveis  | Q – Testa hipótese de associação     |
| III – Pesquisa de associação com interferência entre as variáveis | R – Testa hipótese de causa e efeito |
|                                                                   | S – Não apresenta hipótese           |

A associação correta é:

- (A) I – P , II – Q , III – S  
 (B) I – Q , II – R , III – S  
 (C) I – R , II – P , III – Q  
 (D) I – S , II – P , III – Q  
 (E) I – S , II – Q , III – R

2

Considere o fragmento de texto a seguir.

Formular uma definição aceitável de ciência empírica é tarefa que encerra dificuldades. Algumas dessas dificuldades decorrem do fato de que devem existir muitos sistemas teóricos cuja estrutura lógica é similar à estrutura lógica do sistema aceito, em um particular instante da História como sistema de ciência empírica. Esse fato é descrito, algumas vezes, afirmando-se que há grande número – presumivelmente infinito – de mundos logicamente possíveis.

POPPER, Karl R. – **A Lógica da Pesquisa Científica**. Tradução: Leônidas Hegenberg; Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Cultrix, 1974, p.40. Adaptado.

O sistema que se denomina no texto de ciência empírica é o de

- (A) experiência metafísica  
 (B) realidade subjetiva  
 (C) transitoriedade  
 (D) paralaxe cognitivo  
 (E) realidade objetiva

3

Segundo o pensador Karl Popper, um sistema teórico pode ser dito “axiomatizado” quando um conjunto de enunciados, os axiomas, tiver sido formulado de tal forma que satisfaça a requisitos fundamentais.

Sendo assim, para que um sistema teórico seja axiomatizado, ele, necessariamente, deve

- (A) permitir dedução mútua entre axiomas integrantes.  
 (B) permitir a dedução da maioria dos enunciados da teoria.  
 (C) incluir pressupostos prescindíveis, visando expansão da teoria.  
 (D) conter mútua contradição de maneira a permitir auto-avaliação.  
 (E) descartar qualquer axioma deduzível dos demais axiomas.

4

Considere o fragmento de texto abaixo.

Em algum momento entre 1740 e 1780, os eletricitistas tornaram-se capazes de, pela primeira vez, dar por estabelecidos os fundamentos de seu campo de estudo. Daí para a frente orientaram-se para problemas mais recônditos e concretos e passaram cada vez mais a relatar os resultados de seus trabalhos em artigos endereçados a outros eletricitistas, ao invés de em livros endereçados ao mundo instruído em geral.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1997, p.42.

O trecho foi extraído da obra de Thomas Kuhn e destaca, no contexto das ciências puras e aplicadas, um dos fundamentos mais importantes no campo da metodologia científica moderna.

O conceito metodológico-científico a que se refere o texto é o de

- (A) anormalidade  
 (B) paradigma  
 (C) similaridade  
 (D) anisotropia  
 (E) pragmatismo

RASCUNHO

5

Considere o texto sobre a produtividade da economia brasileira.

Independentemente da forma como se meça, de qual indicador ou nível de agregação se utilize ou ainda, a qual país se compare, a produtividade brasileira teve um desempenho muito fraco nas últimas décadas. Desde o final dos anos 1970, a produtividade brasileira não cresce de forma substantiva e sustentada. Nos anos 2000, foi possível perceber uma tendência de crescimento da produtividade até 2008, especialmente na produtividade total dos fatores. Todavia, esse crescimento foi muito tênue se observado o cenário de longo prazo, pois não foi suficiente para reverter a forte queda dos anos 1980. Se levarmos em conta, ainda, o aumento de capital humano observado nos últimos vinte anos, percebe-se que quase todo o ganho de produtividade se deveu a esse fator.

NEGRI, F.; CAVALCANTE, L. Os dilemas e desafios da produtividade no Brasil. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Produtividade no Brasil: desempenho e determinantes**. Brasília, DF: Ipea, 2014, p. 47. Adaptado.

Responsável pelo ganho de produtividade da economia brasileira contemporânea, o fator capital humano é mediado diretamente por meio de

- (A) elevação do volume de crédito
- (B) ampliação da escala de produção
- (C) melhoria do ambiente de negócios
- (D) incorporação de tecnologia à produção
- (E) aumento da escolaridade dos trabalhadores

6

Considere o texto sobre a questão regional no Brasil.

O debate sobre as desigualdades regionais no Brasil, prevalente na década de 1990, estabeleceu-se de modo muito pessimista em função das expectativas negativas que se tinha acerca dos prováveis efeitos do forte movimento de abertura comercial, financeira e produtiva que se implementou no período, marcado pelo baixo crescimento econômico, elevado desemprego e fraca atuação governamental. No setor industrial, as periferias avançaram firmemente, se tornando regiões de atração para empreendimentos que passaram por forte reestruturação de custos na região “central”, em prol da desconcentração produtiva.

MONTEIRO NETO, A. Desigualdades regionais no Brasil: características e tendências recentes. In: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n.9, 2014, p. 68. Adaptado.

O relativo avanço produtivo nas regiões periféricas, nesse período, é explicado pelo seguinte fator:

- (A) o enfraquecimento do setor terciário no Sudeste
- (B) o fortalecimento do setor terciário no Centro-Oeste
- (C) os ganhos da agropecuária no Norte
- (D) os ganhos do setor agropecuário no Nordeste
- (E) os incentivos fiscais das políticas regionais e estaduais

7

Considere o texto sobre mudanças climáticas e seus efeitos socioeconômicos.

Projeções de clima futuro mostram um clima mais quente em toda a América do Sul até finais do século XXI. Os máximos de aquecimento localizam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil, em todas as estações do ano, e estendem-se para as regiões Nordeste e Sudeste. Com relação à precipitação, as projeções indicam um clima mais seco no verão no Leste da Amazônia, no Nordeste e no Norte, e aumentos nos extremos da precipitação nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Há projeções de aumento na frequência de períodos secos no Nordeste e no Norte. A população mundial e a do Brasil, em especial, concentram-se cada vez mais em centros urbanos. As atividades humanas que emitem gases de efeito estufa o fazem para atender às demandas dessa população, estejam essas atividades sendo realizadas dentro ou fora das cidades. O planejamento urbano e a gestão das cidades têm, e terão cada vez mais, uma grande interferência nos cenários futuros de mudança climática, por influenciar direta e indiretamente as fontes de emissão de gases de efeito estufa.

KLUG, L.; MARENGO, J.; LUEDEMANN, G. Mudanças climáticas e os desafios brasileiros para implementação da nova agenda urbana. In: COSTA, M. (org.). **O Estatuto da Cidade e o Habitat III**. Brasília, DF: Ipea, 2016, p. 308. Adaptado.

Nesse contexto, o planejamento urbano integrado que visa mitigar os efeitos das mudanças climáticas deve incorporar o objetivo de

- (A) instalar redes elétricas inteligentes que impulsionem fontes renováveis, como a fotovoltaica e a eólica.
- (B) implantar programa voluntário de eficiência energética que proíba o uso de energia elétrica em edificações.
- (C) incentivar conforto ambiental e arquitetura sustentável que reduzam o uso de fotocélulas e a carga da iluminação natural.
- (D) promover a geração de créditos compensatórios e o vazamento de emissões que deixam de ocorrer em dado local.
- (E) priorizar investimentos em infraestruturas urbanas que substituam trens de alta velocidade por voos de curta duração.

RASCUNHO



8

Considere o texto sobre a economia brasileira.

Até 1990, a economia brasileira estava altamente protegida por várias barreiras tarifárias e não tarifárias ao comércio, e a política industrial era intervencionista, com grande variedade de incentivos, subsídios ao crédito e controle de preços. Um novo período de expansão se iniciou em 1993, marcado por uma liberalização. A principal preocupação de política econômica era a inflação. De uma taxa estável de 100% a.a. no início dos anos 1980, a inflação acelerou na maior parte da década, atingindo um pico de 2.574% a.a., em 1990. As medidas de política e a recessão reduziram a taxa um pouco em 1991 e 1992, mas a inflação acelerou novamente em 1993 e 1994. A resposta de política econômica incluiu pelo menos cinco planos distintos, procurando conter a inflação com um misto de controle de preços — ou congelamento — e tentativas de interromper a indexação.

HAY, D. A liberalização comercial brasileira após 1990 e o desempenho das grandes empresas industriais. *In*: IPEA. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 30, n. 2, ago. 2000, p.185. Adaptado.

Nesse contexto, nos anos 1990, o plano que, com efeito, controlou a inflação nacional, reduzindo-a ao nível de 10%, foi o

- (A) Plano Verão, no estágio de recessão do ciclo
- (B) Plano Bresser, no estágio de recessão do ciclo
- (C) Plano Real, no estágio de recuperação do ciclo
- (D) Plano Collor, no estágio de recuperação do ciclo
- (E) Plano Cruzado, no estágio de recuperação do ciclo

9

Considere o texto sobre o agronegócio no Brasil.

Particularmente para o Brasil, as exportações do agronegócio são muito importantes para o saldo comercial da economia como um todo. No início dos anos 1990, o volume das exportações do agronegócio brasileiro era baixo, pois a maior parte da produção do setor atendia ao mercado interno. A partir desse período, porção crescente dos produtos da agropecuária passou a ser intensificada no Centro-Oeste, configurando, ao mesmo tempo, a interiorização do crescimento e o direcionamento ao comércio exterior. Políticas de ajuste macroeconômico, bem como o controle do processo inflacionário, influenciaram diretamente nesse processo, juntamente com os avanços tecnológicos e as políticas públicas direcionadas ao setor. O saldo do comércio internacional do agronegócio passou de US\$ 10 bilhões, em 1990, para US\$ 142 bilhões, em 2022, o equivalente a uma taxa anual de crescimento de 8,6%.

FERREIRA, Z.; VIEIRA FILHO, J. Competitividade internacional do agronegócio. *In*: VIEIRA FILHO, E.; GASQUES, J. (org.). **Agropecuária Brasileira: evolução, resiliência e oportunidades**. Rio de Janeiro: Ipea, v. 1, 2023, p. 71. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à relevância da participação do agronegócio brasileiro no comércio internacional, registra-se o seguinte comportamento:

- (A) na década de 2020, o Brasil sustenta a liderança mundial das exportações de algodão.
- (B) na década de 2020, a República Popular da China é o maior comprador de produtos brasileiros.
- (C) na atualidade, Brasil e Argentina lideram conjuntamente as exportações de carne bovina para a Europa.
- (D) a partir de 2020, os produtos brasileiros assumem o protagonismo nas importações europeias.
- (E) atualmente, o Brasil ultrapassa os Estados Unidos e o Canadá na exportação de cereais, especialmente de milho.

10

Considere o texto referente à comunidade LGBT.

A Constituição Federal elenca em seu artigo 3º os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Entre eles, promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. No entanto, o Brasil é considerado um dos países que mais discrimina e mata pessoas LGBT no mundo. Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais, ILGA, aponta que o país é o primeiro lugar nas Américas em quantidade de homicídios de pessoas LGBT. Também é o líder em assassinato de pessoas trans no mundo. Segundo dados do Grupo Gay da Bahia, GGB, a cada 19 horas, uma pessoa LGBT é morta no Brasil. Conforme a Rede Trans Brasil, a cada 26 horas, aproximadamente, uma pessoa trans é assassinada. A expectativa de vida dessas pessoas é de 35 anos.

Disponível em: <https://editoraforum.com.br/noticias/7-direitos-lgbtqia-para-conhecer-e-respeitar/>. Acesso em: 01 dez. 2023. Adaptado.

Nesse contexto, com relação à luta por direitos dessa comunidade,

- (A) a adoção de crianças por casais homoafetivos permanece proibida em todo o país.
- (B) a homofobia é considerada um crime passível de prisão, e a transfobia uma contravenção.
- (C) o Supremo Tribunal Federal reconheceu o uso do nome social restrito a trabalhadores do setor privado.
- (D) o Supremo Tribunal Federal reconheceu a união estável entre pessoas do mesmo sexo.
- (E) as presidiárias transexuais femininas permanecem restritas aos presídios masculinos.

11

Considere o texto sobre a desindustrialização no Brasil.

A indústria de transformação é o setor econômico capaz de afetar as estruturas da sociedade tipicamente capitalista, promovendo diversificação, progresso técnico e aumento das bases de arrecadação do Estado. Destarte, desde o início dos anos 2000, o debate sobre a desindustrialização no Brasil tem motivado discussões para a compreensão das relações entre as dinâmicas do investimento, produção e comércio exterior no país. Considerando aspectos históricos e estruturais, a desindustrialização brasileira pode ser compreendida como a desarticulação do sistema econômico nacional que foi erigido no período de industrialização por substituição de importações. Essa desarticulação tem enfraquecido as conexões comerciais e produtivas entre os distintos compartimentos industriais, que conectavam distintas porções territoriais do país, levando a um esgarçamento do tecido produtivo. O agravamento da desindustrialização tem incorrido em destruição do parque produtivo nacional, que se manifesta por meio da redução da produção, bem como da aceleração da reprimarização da pauta exportadora.

SAMPAIO, D. Desindustrialização e a política nacional de desenvolvimento regional no Brasil: breves notas. *In*: IPEA. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n. 17, jul.-dez. 2017, p.30. Adaptado.

Nesse contexto, uma decorrência do processo de desindustrialização é caracterizada pela situação econômica de

- (A) fortalecimento da inserção comercial externa, com expansão progressiva de arrecadação da receita pública
- (B) redução do *gap* tecnológico, com eficácia de políticas econômicas regionais de ciência e tecnologia
- (C) desarticulação das cadeias produtivas, com substituição do produto final pelo importado
- (D) enfraquecimento do setor externo como motor do crescimento, com exportações baseadas em recursos naturais
- (E) reequilíbrio da demanda intrassetorial, com redução da capacidade de geração de emprego e renda

12

Considere o texto sobre desigualdade e gênero.

A perspectiva dos cursos de vida se concentra em explicar como alguns eventos da vida social, como formação e dissolução familiar (casamento, filhos, separação, recasamentos, viuvez), idade, aquisição de maiores níveis de escolaridade, podem afetar o uso do tempo em trabalho doméstico e cuidados não remunerados. Essa perspectiva inclui diferentes aspectos dos eventos que a compõem, como o tipo de casamento (se entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, se formal ou não), a duração de uniões conjugais, a idade e o número de filhos, entre outros. Tais eventos da vida familiar interagem com outros fatores, como a atividade econômica, o contexto social, político e econômico e as normas vigentes de gênero, que, em alguns casos, incluem comportamentos compensatórios para neutralização de desvios de gênero. Assim, além do curso de vida, outros fatores, tais como a disponibilidade de tempo, os recursos relativos — teoria da barganha —, além das normas e valores de gênero, condicionam as desigualdades entre homens e mulheres.

PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; COSTA, J.; BARBOSA, A. **Gênero é o que importa**: determinantes do trabalho doméstico não remunerado no Brasil. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p. 9. (Texto para Discussão, n. 2920). Adaptado.

No Brasil, considerando o mundo do trabalho doméstico em relação à variável de gênero, verifica-se que

- (A) o impacto das crianças na jornada reprodutiva das mulheres é maior do que na dos homens.
- (B) o cuidado com idosos aumenta igualmente a carga de trabalho reprodutivo de homens e mulheres.
- (C) a posição no curso de vida tem um efeito muito mais fraco sobre as mulheres do que sobre os homens.
- (D) as mulheres responsáveis pela maior parte da renda do casal têm menor carga de trabalho doméstico.
- (E) as meninas e os meninos gastam tempo equivalente em trabalho doméstico não remunerado.

RASCUNHO



## 13

Considere o texto sobre a dinâmica demográfica brasileira.

A composição de uma população em seus elementos básicos, como sexo e idade, está dialeticamente associada aos componentes dos processos econômicos, como mercado de trabalho e mercado consumidor. Nesse sentido, os padrões de produção e consumo relacionam-se à existência de um número maior ou menor de homens e de mulheres, assim como à preponderância relativa de crianças, jovens adultos ou idosos. Por outro lado, a transição demográfica é um processo social e, portanto, não se trata de uma simples combinação de variáveis demográficas. A dinâmica demográfica é marcada por processos inerciais, que demandam décadas entre o início e a identificação dos efeitos das mudanças na composição populacional. Assim, as características estruturais da população brasileira atual resultam de processos sociais e demográficos que ocorreram ao longo dos últimos cem anos.

CARMO, R.; CAMARGO, K. **Dinâmica demográfica brasileira recente**: padrões regionais de diferenciação. Rio de Janeiro: Ipea, 2018, p. 7. (Texto para Discussão, n. 2415)

Nessa recente dinâmica demográfica do Brasil, verifica-se a seguinte situação:

- (A) há o aumento da população em termos absolutos, com igual proporção da taxa de crescimento.
- (B) está em curso a fase de finalização da transição demográfica, com declínio da fecundidade.
- (C) transcorre a finalização da transição demográfica, com a alta da natalidade associada à urbanização.
- (D) aproxima-se a finalização da transição demográfica, com aumento da mortalidade e ganho de expectativa de vida.
- (E) define-se o início da transição demográfica, com a queda da mortalidade devido à melhoria das condições de vida da população.

## 14

A Escala Brasileira de Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia) é utilizada como medida direta da percepção da insegurança alimentar em nível domiciliar. A Ebia classifica os domicílios em quatro categorias: Segurança Alimentar, Insegurança Alimentar Leve, Insegurança Alimentar Moderada ou Insegurança Alimentar Grave.

- Segurança alimentar: os moradores do domicílio têm acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente;
- Insegurança alimentar leve: apresentam comprometimento da qualidade da alimentação em detrimento da manutenção da quantidade percebida como adequada;
- Insegurança alimentar moderada: apresentam modificações nos padrões usuais da alimentação entre os adultos concomitante à restrição na quantidade de alimentos entre os adultos;
- Insegurança alimentar grave: são caracterizados pela quebra do padrão usual da alimentação com comprometimento da qualidade e redução da quantidade de alimentos de todos os membros da família, inclusive das crianças residentes neste domicílio, podendo ainda incluir a experiência de fome.

BRASIL. Ministério da Saúde. Insegurança Alimentar e Nutricional. **Glossário Saúde Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 14 dez. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/glossario/inseguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 29 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se as informações acima, verifica-se que a(o)

- (A) pobreza e a vulnerabilidade social são fatores de risco para uma alimentação não saudável, de maneira que as formas sociais em que se organiza a produção dos alimentos e as condições econômicas nas quais se dá o acesso a eles não concorrem para o comprometimento da qualidade e para a redução da quantidade de alimentos em cada família.
- (B) segurança alimentar é a garantia do direito de todos ao acesso a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, o que significa compreendê-la como um dos elementos articuladores das políticas públicas em diferentes campos de intervenção do Estado, como o agrícola, a saúde, a educação e o trabalho.
- (C) traumática experiência da Primeira Guerra Mundial na Europa tornou ainda mais evidente que a soberania política dependia da capacidade de cada país de garantir sua autossuficiência de produção de alimentos, de maneira que a mensuração da insegurança alimentar só é viável em momentos de crises agudas, como guerras, por exemplo.
- (D) direito à alimentação e à proteção contra fome, apesar de ser um direito justo, não figura entre os direitos humanos descritos no artigo 25 da Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, o que impossibilita a formulação de políticas públicas específicas para o enfrentamento da insegurança alimentar.
- (E) conceito de segurança ou insegurança alimentar refere-se à garantia do direito de todos ao acesso a alimentos, sendo variáveis como quantidade e qualidade irrelevantes para a composição da Medida Domiciliar de Insegurança Alimentar (Ebia).

15

A Declaração e Plataforma de Ação de Pequim – assinada em 1995 pelos 189 países presentes na Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres, inclusive o Brasil – constituiu-se em um dos instrumentos internacionais mais relevantes no campo dos direitos das mulheres. Entre os doze temas prioritários de trabalho cobertos pelo documento, estão os “mecanismos institucionais para o avanço das mulheres”, cuja existência nas estruturas governamentais é entendida como necessária para que os compromissos setoriais da conferência sejam transversalmente endereçados.

TOKARSI, C. P. *et al.* De política pública à ideologia de gênero: o processo de (des)institucionalização das políticas para as mulheres de 2003 a 2020. In: GOMIDE, A. de A.; SILVA, M. M. de Sá; LEOPOLDI, M. A. (org.). **Desmonte e reconfiguração de políticas públicas (2016-2022)** – Brasília, DF: Ipea; INCT/PPED, 2023, p. 323.

Entre as contribuições da Quarta Conferência Mundial sobre as Mulheres está a(o)

- (A) expressão “violência contra a mulher”, que se refere a quaisquer atos de violência – física, sexual e psicológica – que tenham por base motivacional o gênero, isto é, casos em que as mulheres, protegidas pela legislação vigente, utilizem os poderes instituídos como instrumento de constrangimento e opressão aos homens.
- (B) ideia de empoderamento feminino, que reconhece que a mulher pode e deve delegar o controle sobre o seu próprio desenvolvimento ao outro, sendo função do representante do poder patriarcal (pai, marido ou, na ausência desses, o Estado) criar e defender as condições para tanto e apoiá-la nesse processo.
- (C) noção de transversalidade, a qual busca assegurar que se considere, antes que decisões a respeito sejam tomadas, as suas consequências, respectivamente para a mulher e o homem, no processo de formulação, execução e avaliação de políticas nos mais diversos setores, de maneira que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as iniciativas governamentais nas esferas de atuação do Estado.
- (D) conceito de ideologia de gênero, a noção que sustenta que a dissolução da moral sexual convencional implica a desordem social, o fim da família, e representa uma ameaça às liberdades individuais, como a liberdade de crença e a liberdade de expressão.
- (E) princípio da inimizabilidade do pai ou marido no caso de violência doméstica contra a mulher, uma vez que se reconhece sua autoridade e liderança nas questões íntimas que dizem respeito exclusivamente à organização e à constituição familiar.

16

O Atlas da Violência é um documento que busca retratar a violência no Brasil principalmente a partir dos dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), ambos do Ministério da Saúde. Os dados referentes ao ano de 2021 e divulgados em 2023 mostram que

na contramão da diminuição de homicídios no país, em se tratando dos grupos sociais politicamente minoritários, o período recente foi marcado pelo recrudescimento da violência letal contra negros, indígenas e mulheres. [...] Entre 2012 e 2021, a taxa de homicídios de mulheres mortas dentro da residência cresceu 4,72%, ao passo que a taxa de mulheres vítimas de homicídio fora da residência teve queda de 31,1%. [...] Por fim, é importante salientar o recrudescimento recente da desigualdade na letalidade entre mulheres negras e não negras. A taxa de mortalidade por homicídio de mulheres negras foi de 4,3 por 100 mil mulheres negras, e a taxa entre não negras foi de 2,4 por 100 mil, ou seja, mulheres negras morrem 1,8 vezes mais do que as não negras por homicídio. Entre 2020 e 2021, enquanto a taxa de homicídios para mulheres negras cresceu 0,5%, entre as mulheres não negras houve redução de 2,8%.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023**. Brasília, DF: Ipea; FBSP, 2023, p. 4; 9-10. DOI: <https://dx.doi.org/10.38116/riatlasdaviolencia2023>. Sumário Executivo. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/1/Livro\\_RI\\_Atlas\\_da\\_Violencia\\_2023\\_sumario\\_executivo.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12614/1/Livro_RI_Atlas_da_Violencia_2023_sumario_executivo.pdf). Acesso em: 29 dez. 2023. Adaptado.

A partir dos dados do texto, observa-se que a(o)

- (A) violência generalizada, no Brasil, é um problema endêmico, que vitimiza de forma equivalente vários setores da sociedade, de forma que homens e mulheres, negros e não negros, sistematicamente padecem de seus efeitos.
- (B) violência de gênero segue sendo um grande problema no país, ainda que os assassinatos de mulheres ocorridos em suas residências, isto é, perpetrados, em sua maioria, por companheiros ou familiares, tenha decrescido de forma significativa nos últimos anos.
- (C) democracia racial, isto é, o estado de plena igualdade entre as pessoas, independentemente de raça, cor ou etnia, fica evidenciada nos dados do texto, na medida em que não se vê um viés de raça no aumento da vitimização de pessoas no Brasil.
- (D) diminuição de homicídios no país teve efeitos nos grupos sociais politicamente minoritários, que se beneficiaram, no período recente, pela queda da violência letal contra negros, indígenas e mulheres.
- (E) risco aumentado de pessoas negras, se comparado a pessoas não negras, sofrerem violência, relaciona-se com o processo histórico brasileiro, que, marcado pelo colonialismo e a escravidão, concorreu para a deletéria naturalização da exclusão social, da discriminação e da subalternidade dos negros na sociedade em nosso país.

17

A democracia está intimamente relacionada à ideia de soberania popular e de autogoverno e, por conseguinte, de que todos participem da produção das leis que regerão a comunidade, diretamente ou através de seus representantes. A democracia, contudo, não se reduz ao princípio majoritário. Para que se tenha verdadeiramente uma democracia, não basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria. É preciso assegurar, igualmente, que o conjunto mais amplo de pessoas possa participar do processo de formação de tal vontade majoritária. Nessa medida, o respeito a direitos fundamentais constitui uma pré-condição para a própria existência do processo democrático. Onde não há direitos políticos iguais para todos os cidadãos, livre circulação da informação ou liberdade de expressão, não haverá democracia, ainda que se respeite um processo de deliberação majoritária.

MELLO, P. Proteção à vulnerabilidade na jurisprudência do supremo tribunal federal: a defesa da população LGBTI+. *Revista da AGU*, Brasília, DF, v. 19, n. 1, p. 21, jan.-mar. 2020. Disponível em: <https://revistaagu.agu.gov.br/index.php/AGU/article/view/2631>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

Considerando-se a proteção dos direitos de grupos minoritários e vulneráveis, e em consonância com as ideias expostas acima, a relação entre democracia e vulnerabilidade

- (A) supõe a viabilização de políticas públicas de proteção a grupos vulneráveis, as quais devem desconsiderar como critérios válidos a identidade de gênero, etnia, raça ou cor, no momento de sua implantação.
- (B) reitera que a vulnerabilidade, em maior ou menor grau, é uma condição presente em todas as pessoas, sendo, portanto, falsa a premissa de que, em regimes democráticos, existam grupos de pessoas que ostentem uma condição de maior debilidade ou de menor capacidade de autodefesa diante de determinadas violências.
- (C) implica respeito e reconhecimento à existência de grupos vulneráveis, isto é, pessoas que, de modo geral, têm maior dificuldade de se fazer representar nas instâncias de decisão política.
- (D) baseia-se no conceito de minoria enquanto grupo numericamente inferior de pessoas que possuem uma identidade distinta daquela que é tida como a identidade dominante, de forma que os negros não se encaixariam naquilo que em geral se entende por minorias vulnerabilizadas.
- (E) reduz-se, de toda forma, ao princípio majoritário, isto é, para que se tenha verdadeiramente uma democracia, basta assegurar a prevalência da vontade de determinada maioria, de forma que a proteção de grupos minoritários esteja necessariamente a ela submetida.

18

As Américas Central e do Sul estão altamente expostas, vulneráveis e fortemente afetadas pelas alterações climáticas, uma situação amplificada pela desigualdade, pobreza, crescimento populacional e elevada densidade populacional, alterações no uso dos solos, especialmente desflorestamento com a consequente perda de biodiversidade, degradação do solo e alta dependência das economias nacionais e locais dos recursos naturais para a produção de *commodities*.

CASTELLANOS, E. J. *et al.* 2022: Central and South America. In: **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability**. Contribuição do Grupo de Trabalho II para o 6º Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental das Alterações Climáticas.

Disponível em: [https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/outreach/IPCC\\_AR6\\_WGII\\_FactSheet\\_CentralSouthAmerica.pdf](https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg2/downloads/outreach/IPCC_AR6_WGII_FactSheet_CentralSouthAmerica.pdf). Acesso em: 27 dez. 2023. (tradução nossa). Adaptado.

No que diz respeito às implicações e às consequências socioeconômicas das mudanças climáticas no Brasil, para o caso de uma inobservância de políticas públicas ambientais urgentes e eficazes, alerta-se para os(as)

- (A) danos que ocorrerão à vida e à infraestrutura do país, causando impactos irreparáveis à habitação, já precária, de milhares de brasileiros, devido a inundações, deslizamentos de terra, aumento do nível do mar, tempestades, ondas e erosão costeira.
- (B) efeitos das alterações climáticas que serão setoriais e não sistêmicos, pois grande parte da economia brasileira não está associada ao uso dos recursos naturais, nem tem relação com o meio ambiente.
- (C) impactos socioeconômicos causados pela alteração do clima, ainda que sejam mínimos, pois o país em pouco ou nada contribui para a mudança climática, priorizando fontes de energia renováveis em detrimento do uso de combustíveis fósseis.
- (D) prejuízos provocados pelo desmatamento florestal, devendo-se incentivar práticas não sustentáveis de produção agrícola e industrial para diminuir os efeitos mais drásticos das alterações climáticas, em especial nas populações mais vulnerabilizadas.
- (E) mudanças de comportamentos individuais, adotadas por meio do manejo singular de recursos materiais e simbólicos de forma voluntária e resolutiva, de modo a torná-los suficientes para dirimirem os efeitos da mudança climática, independentemente das políticas públicas dirigidas pelo Estado.

19

Um analista de planejamento coletou dados sobre o percentual de recursos aplicados pelo governo federal na educação, considerando as regiões do Brasil e os níveis de ensino (Básico e Superior). O analista tem interesse de saber se as regiões do Brasil aplicam os mesmos percentuais de recursos nesses níveis de educação.

Que teste deve usar o analista para atingir o seu propósito?

- (A) Independência
- (B) Aderência
- (C) Homogeneidade
- (D) t de Student com n-1 graus de liberdade
- (E) Kolmogorov-Sminov

20

Usando a base de dados de indivíduos pertencentes ao Sistema de Saúde, um pesquisador desenvolveu um modelo logístico para prever a chance de um indivíduo ter ou não ter uma determinada doença em função do tempo de prática de esporte. O modelo ajustado pelo pesquisador apresentou o seguinte resultado:

$$\widehat{\text{logit}}(X) = -1,65 - 0,45X$$

Considerando-se que  $\exp(-0,45) \approx 0,65$ , com base no resultado obtido, a que conclusão chegou o pesquisador?

- (A) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença aumenta 45%.
- (B) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 45%.
- (C) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença aumenta 35%.
- (D) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 35%.
- (E) Para um aumento de um ano na prática de esporte, a chance de ter a doença diminui 65%.

21

Um instituto deseja realizar uma pesquisa qualitativa para avaliar a importância de habilidades sociais de jovens no mercado de trabalho. A pesquisa conta com perguntas abertas obtidas por meio de entrevistas com empregadores e empregados de empresas de vários setores do comércio. O pesquisador deseja, também, fazer uma análise detalhada dos dados coletados, de forma a permitir a descoberta de temas relacionados ao foco da pesquisa.

Assim, para atingir o objetivo proposto, o método a ser usado nessa pesquisa deverá ser o método de codificação

- (A) aberta
- (B) axial
- (C) seletiva
- (D) temática
- (E) por incidência

22

Deseja-se realizar uma pesquisa para entender a diferença dos hábitos de estudo de crianças na faixa etária de 7 a 10 anos entre as diversas camadas sociais. Para esse fim, foi proposta uma pesquisa por domicílios com amostragem sem reposição.

Sendo assim, o tipo de amostra mais adequado para a realização dessa pesquisa é o de amostra por

- (A) contraste
- (B) homogeneização
- (C) meio
- (D) ator
- (E) busca de casos negativos

23

Para analisar como os refugiados são tratados ao chegar a outro país, um pesquisador resolveu entrevistar um grupo de refugiados provenientes de diversos países. Nessa entrevista, ele utilizou um questionário com perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado poderia falar livremente sobre o tema proposto.

Dentro desse contexto, que tipo de entrevista foi usado pelo pesquisador?

- (A) Estruturada
- (B) Semiestruturada
- (C) Aberta
- (D) Focalizada
- (E) Por incidência

24

Sobre as diferenças entre a teoria da Análise de Discurso (AD) e a Análise de Conteúdo (AC), verifica-se que a AD

- (A) poderá ser tanto quantitativa quanto qualitativa, enquanto a AC será somente qualitativa.
- (B) trabalha com o sentido e não com o conteúdo, já a AC trabalha com a materialidade linguística através das condições empíricas do texto.
- (C) usa os textos produzidos em pesquisa, através das transcrições de entrevista e dos protocolos de observação, e a AC usa material já existente, como documentos, legislação, pronunciamentos em jornal, livros e outros.
- (D) usa a linguagem transparente, enquanto na AC a linguagem não é transparente.
- (E) usa apenas dados científicos, enquanto a AC utiliza quaisquer dados.

RASCUNHO



25

Um pesquisador está interessado em estudar se determinada política pública resultou ou não no aumento da renda de determinada população. O pesquisador estima um intervalo com 95% de confiança para a diferença na renda familiar média do estado antes ( $\mu_{\text{antes}}$ ) e depois ( $\mu_{\text{depois}}$ ), obtendo, em milhares de reais por mês,

$$-2 \leq \mu_{\text{depois}} - \mu_{\text{antes}} \leq 3$$

Nessa situação, o pesquisador deverá concluir que

- (A) o efeito da política pública foi heterogêneo, aumentando a renda mensal de algumas famílias em até 3 mil reais, mas reduzindo a de outras em até 2 mil reais.
- (B) houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda não tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo I.
- (C) houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda não tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo II.
- (D) não houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo I.
- (E) não houve aumento na renda familiar média, sabendo que, caso a renda tenha efetivamente aumentado, ele estará cometendo um erro do tipo II.

26

Em um artigo intitulado “Há Fundamentalidade nos modelos de VAR fiscal típicos para o Brasil?”, do Ipea, os autores discutem como uma classe de modelos muito utilizada em pesquisa empírica macroeconômica pode, em alguns casos, apresentar vieses em seus estimadores.

Diz-se que um estimador é viesado quando seu valor esperado difere do valor do parâmetro populacional, sendo estimado. A respeito das formas de se corrigir um estimador viesado, considere as afirmações abaixo.

- I - É possível reduzir o viés de um estimador aumentando-se o tamanho da amostra.
- II - Se  $U$  é um estimador de um parâmetro populacional  $\theta$  com valor esperado  $E(U) = k\theta$ , então  $V = U/k$  é um estimador não viesado de  $\theta$ .
- III - Se  $U$  é um estimador de um parâmetro populacional  $\theta$  com viés  $\omega$ , então  $W = U - \omega$  é um estimador não viesado de  $\theta$ , sendo que  $W$  será consistente se, e somente se,  $U$  for consistente.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) I e II, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

27

Um instituto de pesquisa está planejando uma pesquisa em que uma das perguntas diz respeito à escolaridade do entrevistado. A pergunta admite os valores 1, 2, 3, 4 e 5, abrangendo desde ensino fundamental incompleto (1) até ensino superior completo (5).

Essa é uma variável

- (A) discreta
- (B) contínua
- (C) ordinal
- (D) nominal
- (E) natural

28

Um pesquisador suspeita que o grau de apoio à política econômica do governo seja homogêneo entre os estados do Sudeste. Para testar essa hipótese, o pesquisador coleta uma amostra de 100 eleitores de cada um dos quatro estados dessa macrorregião e registra quantos apoiam, quantos são neutros e quantos se opõem à política econômica do governo.

Como próximo passo, o pesquisador deve realizar um teste de independência qui-quadrado com

- (A) 6 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.
- (B) 6 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja superior ao nível de significância.
- (C) 12 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.
- (D) 12 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja superior ao nível de significância.
- (E) 99 graus de liberdade, confirmando sua hipótese caso o valor-p do teste seja inferior ao nível de significância.

RASCUNHO

29

Os programas de transferência de renda são recursos financeiros transferidos diretamente da União para o cidadão que participa de programas sociais específicos.

Considerando os programas de transferência de renda, considere as afirmativas abaixo.

- I - Os programas de transferência de renda são importantes para proteger famílias dos riscos associados a acidentes de trabalho, velhice, desemprego, dentre outros riscos sociais de perda de renda ou vulnerabilidade.
- II - O Benefício de Prestação Continuada (BPC) é um programa de transferência de renda de caráter não contributivo e destinado a idosos e pessoas deficientes pobres, sendo o seu recebimento condicionado à participação nos programas sociais assistencialistas do governo federal.
- III - Os programas de transferência de renda podem gerar o alívio imediato de pobreza mas igualmente ter efeitos sobre outros aspectos da economia, como no mercado de trabalho e no nível de consumo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas
- (B) II, apenas
- (C) I e III, apenas
- (D) II e III, apenas
- (E) I, II e III

30

O sistema previdenciário no Brasil tem como um dos seus objetivos prover proteção e renda, em diversas situações, como doença, velhice, entre outras.

No Brasil, o sistema previdenciário atual tem como uma de suas características

- (A) ter um Regime Geral de Previdência Social (RGPS) destinado exclusivamente a oferecer cobertura de riscos sociais dos trabalhadores do setor privado que sejam contribuintes.
- (B) cobrir os diversos tipos de riscos sociais dos trabalhadores autônomos, desde que contribuam para um plano privado de aposentadoria.
- (C) cobrir riscos sociais associados à perda de capacidade de trabalho temporária ou permanente.
- (D) ser constituído de um Regime Geral e de Regime Próprio que seguem modelos de repartição simples, não dependentes das transformações recentes do mundo do trabalho.
- (E) ser constituído por um Regime Geral e por um Regime Próprio, ambos de filiação obrigatória, seguindo um modelo de capitalização.

31

Considere o texto sobre o Sistema Único de Saúde no Brasil.

O Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado pela Constituição Federal de 1988 para assegurar o acesso da população a bens e a serviços de saúde, observando os princípios de universalidade e igualdade nesse acesso. O SUS foi regulamentado pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispôs sobre a organização e regulação das ações de saúde, e pela Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que versou sobre o financiamento da saúde e a participação popular. A universalidade significa que todos os indivíduos, incluindo os estrangeiros que estejam no país, têm direito de ser atendidos nas unidades de saúde do SUS. Esse atendimento deve ser igualitário, ou seja, não pode haver qualquer tipo de discriminação ou de diferenciação no cuidado prestado. A gestão do SUS está sob a responsabilidade da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, que são os entes da Federação brasileira.

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/beneficiometro/beneficiometro-artigos/saude/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 31 dez. 2023. Adaptado.

A estrutura organizacional do SUS, no que diz respeito à provisão dos serviços de saúde, é condicionada por um processo segundo o qual

- (A) o sistema nacional é constituído por uma rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços visando à descentralização.
- (B) o gasto federal com a saúde pública representa mais da metade do gasto total entre os três níveis de governo.
- (C) a oferta e o gerenciamento dos serviços básicos de saúde são previstos preferencialmente para a execução da esfera federal.
- (D) os gastos municipais e estaduais com a saúde pública reduziram-se no século XXI, comparados aos gastos federais.
- (E) as receitas para o atendimento integral da saúde pública são oriundas especificamente dos impostos da União.

RASCUNHO



32

Considere o texto sobre o sistema nacional de emprego.

O Sistema Nacional de Emprego (Sine) foi criado a partir do Decreto nº 76.403, de 8 de outubro de 1975, após o Brasil ratificar a Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe sobre a organização e manutenção de um serviço público e gratuito de emprego. A partir de 1990, graças à Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, o Sine transformou-se no braço operacional das ações e serviços financiados pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e oferecidos no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego. Destaca-se que, a partir de 2011, a política do seguro-desemprego passou a ter uma relação direta com a política de qualificação profissional, em que se vinculava o recebimento do benefício à realização de um curso de qualificação pelo trabalhador. Criava-se, então, uma ligação entre as políticas de trabalho passiva do seguro-desemprego e de trabalho ativa da qualificação profissional.

LOBO, V.; ANZE, V. Duas diretrizes para a reestruturação do sistema nacional de emprego. *In*: IPEA, **Política em Foco**. Brasília, DF: Ipea, n. 61, p. 44. 2016, Adaptado.

MARTINS JR., L. A. A política pública do sistema nacional de emprego no Estado de Minas Gerais: um estudo do público e suas perspectivas no período 2011-2018. *In*: IPEA, **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise**, Brasília, DF: Ipea, ano 28, n.73, p. 124. 2022, Adaptado.

A partir de 2011, essa ligação entre política de trabalho passiva e política de trabalho ativa foi estabelecida efetivamente devido à

- (A) criação do Sistema de Gestão do Programa de Ações de Emprego
- (B) criação do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador
- (C) concessão do seguro-desemprego a profissionais em período de defeso
- (D) instituição do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
- (E) concessão de benefício a trabalhadores em condições análogas à escravidão

33

A Terra Indígena Yanomami, desde janeiro de 2023, atravessa uma grave crise sanitária, com dezenas de casos de malária e desnutrição grave, que evidenciam a precariedade na assistência de saúde em seu território. Para enfrentar essa crise, o governo federal decretou emergência de saúde pública para viabilizar assistência aos indígenas.

Levando em conta esse panorama, a atenção à saúde dos povos indígenas deve considerar que

- (A) a capacitação de indígenas como agentes de saúde é uma estratégia que favorece a apropriação, pelos povos indígenas, de conhecimentos e recursos técnicos da medicina ocidental, de modo a substituir o acervo de terapias e outras práticas culturais próprias, tradicionais ou não.
- (B) a melhoria do estado de saúde dos povos indígenas ocorre pela transferência de conhecimentos e tecnologias da biomedicina, mediante a incorporação passiva e consensual de saberes e práticas ligados ao processo saúde-doença e às estruturas de saúde ocidental.
- (C) a participação indígena no exercício do controle social deverá ocorrer em todas as etapas do planejamento, implantação e funcionamento dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, contemplando, exclusivamente, expressões formais de representação.
- (D) as ações que envolvem, direta ou indiretamente, a assistência farmacêutica no contexto da atenção à saúde indígena devem prescindir do conhecimento e do uso de plantas medicinais e demais produtos da farmacopeia tradicional no tratamento de doenças e de outros agravos à saúde.
- (E) os instrumentos para coleta de dados no monitoramento das ações de saúde poderão ser adaptados à realidade local, mas terão que permitir a identificação dos riscos e das condições especiais que interferem no processo de adoecer para buscar intervenções específicas de cada povo.

RASCUNHO

RASCUNHO

34

O Disque Direitos Humanos - Disque 100 - é um serviço de utilidade pública do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos no Brasil. De acordo com os dados levantados através do Disque 100:

Em 2022, foram feitas 96 mil denúncias de violência contra pessoas idosas. Não é possível distinguir quais delas foram cometidas em áreas urbanas ou rurais. Os filhos estão no topo dos agressores. Desse total, 48 mil, ou seja, a metade, foram cometidas por eles. Quase a metade, 43 mil, ocorreram nas casas onde moram as pessoas idosas e os agressores, e 42 mil, na casa onde moram apenas as pessoas idosas. As violências mais comuns são físicas, que envolvem exposição de risco à saúde, maus tratos, abandono e insubsistência material; e psíquicas, como tortura psíquica, insubsistência afetiva e constrangimento. Em seguida, estão as violências patrimoniais. Apenas no primeiro semestre deste ano, já foram feitas 65 mil denúncias, que seguem o mesmo padrão dos anos anteriores.

TOKARNIA, Mariana. Estatuto do Idoso traz melhoras no campo, mas falta acesso a serviços. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2023-09/estatuto-do-idoso-traz-melhoras-no-campo-mas-falta-acesso-servicos>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

Nesse cenário de violação dos direitos, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, devem ser tomadas as medidas de proteção à pessoa idosa que

- (A) poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam, independentemente dos vínculos familiares e comunitários.
- (B) poderão ser determinadas pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, prioritariamente, quando houver a necessidade de orientação, apoio e acompanhamento permanentes.
- (C) são aplicáveis sempre que os seus direitos reconhecidos por lei sejam ameaçados ou violados por falta, omissão ou abuso da família, do curador ou de entidade de atendimento.
- (D) são aplicáveis, mediante denúncia feita aos Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais, aos quais compete afastar o(a) agressor(a) da convivência da pessoa idosa.
- (E) são aplicáveis somente quando os direitos da pessoa idosa forem ameaçados ou violados em razão de sua condição pessoal e de vulnerabilidade social.

35

Os dados levantados pela 10ª edição da pesquisa Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher demonstram que 30% das mulheres do país já sofreram algum tipo de violência doméstica ou familiar provocada por um homem. Estima-se que mais de 25,4 milhões de brasileiras já tenham sofrido violência doméstica provocada por homem em algum momento da vida.

Constitui violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial em vários âmbitos, sendo um deles o âmbito da

- (A) comunidade, mediante violência cometida, perpetrada ou tolerada, estritamente, pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.
- (B) unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, excluindo-se aquelas esporadicamente agregadas.
- (C) família, compreendida como a comunidade formada, exclusivamente, por indivíduos que são aparentados e unidos por laços naturais e consanguíneos.
- (D) relação íntima de afeto, qualquer que seja, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
- (E) relação pessoal que, dependendo da orientação sexual da vítima, lhe constranja a manter conduta e/ou praticar atos sem a sua vontade expressa.

RASCUNHO

RASCUNHO





FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Racismo Estrutural e Segurança Pública**: caminhos para a garantia do direito às vidas negras. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Nota Técnica, 20 nov. 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/nota-tecnica-desigualdade-racial-2023.pdf>. Acesso em: 27 dez. 2023. Adaptado.

De acordo com dados divulgados pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Brasil registrou 4.944 ocorrências de crimes resultantes do racismo em 2022. Esse valor é 35% maior em relação a 2021, o que indica a necessidade de medidas que possam reverter a tendência de crescimento desses crimes, como indicado na conferência mundial contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, ocorrida em 2001, em Durban na África do Sul.

Os conteúdos da declaração e do programa de ação aprovados nessa conferência reconhecem

- a identidade étnica, cultural, linguística e religiosa dos africanos e afrodescendentes como passível de homogeneização cultural, e afirmam que as pessoas pertencentes a tais grupos devem ser tratadas de modo diferenciado para gozarem dos seus direitos humanos e liberdades fundamentais, livres de racismo e discriminação racial.
- a doutrina de superioridade racial como cientificamente falsa, moralmente condenável e socialmente injusta e perigosa, e afirmam que devem ser consideradas apenas se, juntamente com teorias que determinam a existência de raças humanas distintas, apontar suas peculiaridades e necessidades específicas.
- a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata que ocorrem com base na raça, cor, descendência, origem nacional ou étnica, e afirmam que elas independem de múltiplas formas de discriminação calcadas em outros aspectos, como sexo, língua, religião, opinião política ou de origem social, propriedade, nascimento e outros.
- a religião e as crenças como contribuições para a promoção da dignidade e dos valores inerentes à pessoa humana, e afirmam a necessidade de adaptação das crenças religiosas relativas à origem racial ou étnica dos africanos e afrodescendentes para evitar discriminação racial, intolerância religiosa, atos hostis e de violência.
- o valor e a diversidade da herança cultural dos africanos e afrodescendentes, e afirmam a importância e a necessidade de que seja assegurada sua total integração à vida social, econômica e política, visando a facilitar sua plena participação em todos os níveis dos processos de tomada de decisão.

### 37

No texto abaixo, aborda-se o tema da mobilidade urbana.

Nos anos 1990, após longo período sem uma atuação federal que fosse mais sistemática no tratamento do transporte urbano, o cenário que se construía da mobilidade nas cidades brasileiras se tornava cada vez mais preocupante. Durante esses anos, observaram-se forte crescimento do transporte individual e do transporte coletivo informal, queda da demanda pelos serviços de ônibus urbanos, sobrecarga do sistema viário das cidades e suas diversas consequências em termos de aumento dos congestionamentos e deterioração dos serviços de transporte coletivo. Nos anos 2000, estabelece-se um marco legal que avançaria na criação de novos instrumentos de gestão urbana e que instituiu a obrigatoriedade de um plano de transporte urbano integrado para as cidades com mais de 500 mil habitantes.

VASCONCELLOS, E; CARVALHO, C.; PEREIRA, R. **Transporte e mobilidade urbana**. Brasília, DF: Ipea/Cepal, 2011, p. 50. (Textos para Discussão, n. 34). Adaptado.

O marco legal que instituiu o mencionado plano de transporte urbano integrado é o:

- Plano Diretor
- Estatuto da Cidade
- Constituição Federal
- Estatuto da Metrópole
- Fundo Rodoviário Nacional

38

Considere o texto sobre a reforma agrária no Brasil.

A reforma agrária no Brasil foi pauta de discussões durante as décadas de 1950/1960 e, posteriormente, nas décadas de 1980/1990, construindo-se diálogos com relação a sua necessidade, efetividade e à maneira como poderia ser aplicada. [...] A Constituição Federal de 1988 foi um marco institucional e jurídico, no que diz respeito à política de reforma agrária no Brasil. Após a redemocratização, os movimentos sociais voltaram a atuar livremente e, com novos projetos, pressionaram a inserção da função social da terra como condição para a utilização de terras no Brasil. No início da década de 1990, observa-se um crescimento no número de ocupações de terras e, a partir de 1996, houve um aumento expressivo. As ocupações realizadas continuaram aumentando até 1999, ano em que foram registradas 856 ocupações por todo o Brasil. A dinâmica rural vinculada à política federal variou bastante quanto aos condicionantes de uma reforma agrária, especialmente desde o governo de Fernando Henrique Cardoso até o governo de Michel Temer, passando pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

CATTELAN, R.; MORAES, M.; ROSSONI, R. **A reforma agrária nos ciclos políticos do Brasil (1995-2019)**. Revista NERA, v. 23. n.55, set.-dez. 2020, p. 138. Adaptado.

Nesse contexto agrário, considerando-se os ciclos políticos do governo federal, efetivou-se a situação caracterizada pela seguinte dinâmica:

- (A) redução dos assentamentos de famílias entre 1995 e 1998
- (B) retração do número de famílias assentadas entre 2003 e 2006
- (C) ascensão de assentamentos de famílias rurais entre 2007 e 2010
- (D) redução progressiva dos decretos desapropriatórios nos anos 2010
- (E) incremento acelerado de assentamentos de famílias entre 2016 e 2018

39

O texto a seguir versa sobre o desenvolvimento regional no Brasil.

Políticas públicas são frequentemente desafiadas por alterações nas condições de sustentação e nos regramentos para sua operacionalidade. Quando crises irrompem, as políticas são imediatamente afetadas e muitas delas perdem sua validade operativa. A política regional brasileira não foge à regra, podendo ser repensada para oferecer saídas adequadas para as transformações em curso. Como desafio permanente no horizonte de atuação dos governos do mundo inteiro está a questão da mudança climática e de seus impactos para a sobrevivência humana no planeta. Cresce o consenso global pela implementação de incisivas agendas de políticas governamentais, visando responder aos desafios impostos pela crise. Na política regional, cabe o cumprimento dessa nova missão como contributiva para o esforço global no tema da mudança climática.

MONTEIRO NETO, A.; COLOMBO, L.; ROCHANETO, J. Políticas territoriais em tempos de múltiplas crises: desafios e perspectivas para o Brasil na década de 2020. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro: Ipea, 2023, p.23. Adaptado.

Na perspectiva da mudança climática, na agenda e na implementação eficazes de uma política de desenvolvimento regional, deve ser incorporado o seguinte aspecto:

- (A) exploração de recursos florestais madeireiros da Amazônia
- (B) estancamento dos deslocamentos populacionais intrarregionais
- (C) estímulo aos empreendimentos de energia eólica e solar no Nordeste
- (D) redução da abordagem *Big Push* Ambiental proposta pela CEPAL
- (E) retração do tratamento do lixo doméstico e industrial no Sudeste

RASCUNHO

RASCUNHO



40

O texto abaixo aborda a agricultura familiar no Brasil.

A agricultura familiar está presente em todos os biomas do País e se caracteriza por uma grande diversidade de organização e resiliência em cada um dos cinco biomas brasileiros, garantindo a segurança alimentar e nutricional da população. É extensa e minuciosa a literatura que aponta a importância econômica, social e agrária da agricultura familiar no panorama rural brasileiro. Mesmo com a redução do seu número no Censo 2017, os 3,84 milhões de estabelecimentos da agricultura familiar ainda respondem por 77% do número total de estabelecimentos agropecuários do país, apesar de ocupar apenas 23% da área total. Além disso, a agricultura familiar responde por quase um quarto do valor da produção dos estabelecimentos e ocupa 66% – 11,6 milhões de pessoas – da mão de obra agropecuária, a maior parte dela – 8,4 milhões de pessoas – por mais de 180 dias no ano.

VALADARES, A. **O perfil na produção da agricultura familiar entre os censos agropecuários de 2006 e 2017**: um panorama e sinais de mudança. Brasília, DF: Ipea, mar; 2022. P. 7 (Texto para Discussão, n. 2735). Adaptado.

No recente contexto agrário brasileiro, no que se refere à agricultura familiar, verifica-se a seguinte situação:

- (A) diminuição máxima de unidades produtivas do país no Nordeste
- (B) retração mais aguda das unidades com maior extensão fundiária
- (C) redução do número total da área ocupada pela agricultura familiar
- (D) expansão maior de pequenos estabelecimentos no Sul e no Nordeste
- (E) constituição da base da economia da maioria dos pequenos municípios

41

Multiculturalismo é um termo polissêmico, que pode tanto ser usado descritivamente, quando reconhece o fato do multiculturalismo, quanto prescritivamente, quando se refere às políticas públicas que o promovem. Além disso, é um termo frequentemente qualificado por algum adjetivo: há o multiculturalismo assimilacionista, o liberal, o interativo, etc.

Seja qual for o caso, o termo sempre se refere a uma mesma questão central, qual seja, a de

- (A) conciliar a unidade cívica com as diferenças culturais entre grupos de uma determinada sociedade.
- (B) promover a hibridização dos diversos grupos culturais na direção de formar uma mesma cultura global.
- (C) encontrar critérios objetivos para hierarquizar valorativamente as diversas culturas existentes.
- (D) investigar as essências inatas que constituem os diferentes grupos culturais.
- (E) fomentar uma nova versão da luta de classes baseada em distinções étnicas e identitárias.

42

Uma parte importante da filosofia moral resulta do problema de saber como devemos viver. O utilitarista enfrenta este problema declarando que devemos perseguir a felicidade - não só a nossa própria felicidade, mas a felicidade de todos aqueles cujo bem-estar poderá ser afetado pela nossa conduta. Os interesses do agente não têm, na verdade, mais importância do que os interesses de quaisquer outros indivíduos, sejam eles quem forem.

GALVÃO, P. Introdução. In: MILL, J. S. **Utilitarismo**, Porto: Porto, 2005. p. 9.

Do trecho citado, infere-se que o utilitarismo é uma proposta de teoria de justiça distributiva que

- (A) defende a existência de um Direito Natural e de leis de acordo com a própria ordem da realidade.
- (B) prioriza os direitos legais do indivíduo sobre a coletividade, e, portanto, liberal em sua essência.
- (C) se baseia nos sentimentos morais inatos comuns a toda a espécie humana.
- (D) propõe uma harmonia entre os interesses do indivíduo e os da coletividade.
- (E) preconiza soluções anárquicas para os impasses advindos da tensão entre direitos do indivíduo e o bem da coletividade.

43

John Rawls desenvolveu sua teoria da justiça distributiva em grande medida como uma resposta às teorias utilitaristas de Jeremy Bentham e John Stuart Mill. Rawls defende a ideia da “justiça como equidade”, que se tornou um dos pilares do liberalismo político contemporâneo.

Sua proposta central é a de que os arranjos legais da sociedade devem

- (A) assegurar que cada cidadão tenha o mesmo direito a um amplo sistema de liberdades básicas, desde que compatível com a liberdade dos demais.
- (B) dar prioridade ao Bem Comum sobre os direitos dos cidadãos individuais, com vista a mitigar desigualdades econômicas e políticas na sociedade.
- (C) abster-se de promover a igualdade de oportunidade entre os cidadãos, uma vez que não caberia ao Estado interferir na vida dos indivíduos.
- (D) promover tanto a liberdade quanto a igualdade entre os cidadãos, sejam elas sociais, políticas ou econômicas, com vista a um sistema de “liberalismo igualitário”.
- (E) pautar-se não pelos princípios de liberdade ou de igualdade, mas propiciar a maior eficiência econômica da sociedade, que é o verdadeiro fator de promoção do Bem Comum.

44

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino.

BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 9.

No trecho acima, a filósofa francesa está afirmando

- (A) que a condição feminina é uma imposição essencial da natureza que não varia segundo condições históricas, políticas ou culturais.
- (B) que as mulheres têm o dever político de assumir a condição feminina e seus determinantes.
- (C) que o conceito de “feminino” é social e culturalmente construído numa perspectiva histórica.
- (D) que a igualdade entre homens e mulheres é impossível, dadas as condições históricas da opressão feminina.
- (E) que as fêmeas adquirem papéis sociais conforme seu lugar de produção de bens e riquezas na sociedade capitalista.

45

O feminismo dos anos 80 se centra no tema da diversidade entre as mulheres. Esse feminismo se caracteriza por criticar o uso monolítico da categoria “mulher” e se centra nas implicações práticas e teóricas da diversidade de situações em que vivem as mulheres. Essa diversidade afeta as variáveis que interatuam com a de gênero, tais como país, etnia e preferência sexual.

GARCIA, C. C. **Breve história do feminismo**. São Paulo: Claridade, 2011. p. 94.

A interseccionalidade aludida no trecho acima caracteriza a(o)

- (A) chamada “primeira onda” do feminismo, com reivindicações como direito ao trabalho, ao voto e à ocupação de cargos públicos.
- (B) dita “segunda onda” do feminismo, com a ideia central de que a condição feminina é cultural e não natural.
- (C) referida “terceira onda” do feminismo, que busca abranger um olhar multicultural para os vários modos de pertencer à condição feminina.
- (D) feminismo liberal de Betty Friedan, com seu diagnóstico do mal-estar ocasionado às mulheres pela “mística feminina”.
- (E) momento de falência da militância feminista, que perde relevância nas dinâmicas políticas contemporâneas.

46

Estratificação é o processo social através do qual vantagens e recursos tais como riqueza, poder e prestígio são distribuídos sistematicamente e desigualmente nas ou entre sociedades. A estratificação difere da simples desigualdade porque é sistêmica. Baseia-se também em processos sociais identificáveis, através dos quais pessoas são classificadas em categorias, como classe, raça e sexo. Teoricamente, uma sociedade pode ter desigualdades sem ser estratificada, como por exemplo, concedendo oportunidades iguais a todos, mas distribuindo as recompensas na base do desempenho.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 271-272.

A partir da definição acima, verifica-se que

- (A) a noção de raça se categoriza como um tipo de classe social.
- (B) os conceitos sociológicos de estrato social e de classe social são categorizações que não se relacionam entre si.
- (C) os conceitos sociológicos de estrato social e de classe social são equivalentes.
- (D) estrato é um tipo de classe social – mas não o único, e se intersecciona com outros, como raça e sexo.
- (E) classe é um tipo de estrato social – mas não o único, e se intersecciona com outros, como raça e sexo.

47

O *habitus* é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação**. Campinas: Papirus, 1996. p. 21-22.

O sociólogo francês Pierre Bourdieu mobilizou a noção de *habitus*, aludida no trecho acima, com o propósito de superar uma antinomia posta pela teoria estruturalista, qual seja, a existente entre

- (A) o fixo e o mutável dentro das culturas.
- (B) o indivíduo e a sociedade nas estruturas sociais.
- (C) o opressor e o oprimido nas relações de poder dentro da comunidade humana.
- (D) a natureza e a cultura na formação dos valores vigentes na sociedade.
- (E) a verdade e a aparência no estudo do fato social.

RASCUNHO

RASCUNHO



48

Em 1999, o Nobel de Economia Amartya Sen publicou o livro *Desenvolvimento como liberdade*, que se tornou referência nas discussões recentes sobre políticas públicas.

Nele, o pensador indiano defende a tese de que

- (A) existem vários tipos de liberdades diferentes, todos interdependentes e mutuamente relacionados, que devem ser objeto de atenção das políticas públicas.
- (B) é preciso pensar a sociedade em termos de eficiência produtiva e, conforme isso, ordenar a concessão de liberdades aos cidadãos.
- (C) é, a ideia de liberdade, uma noção ideológica burguesa irrelevante para as métricas de desenvolvimento e bem-estar social.
- (D) é com o resultado necessário do desenvolvimento econômico das nações, que virá a liberdade dos cidadãos.
- (E) se reduzem à liberdade política todas as demais liberdades do cidadão.

49

Berger e Luckman definem o processo de socialização como a ampla e consistente introdução de um indivíduo no mundo objetivo de uma sociedade ou de um setor dela.

Tal processo

- (A) dá-se continuamente ao longo da vida do indivíduo, na medida em que ele passa a interagir com novas áreas da atividade social, como o ambiente de trabalho, o conjugal, etc.
- (B) se encerra ao fim da primeira infância do indivíduo, quando ele já compreendeu as normas linguísticas e comportamentais elementares do seu meio social.
- (C) é incumbência exclusiva das instituições escolares, que tanto prescrevem comportamento quanto incutem os ideários próprios de uma determinada sociedade.
- (D) é um mecanismo existente em sociedades opressoras, em que a individualidade da pessoa é suprimida em nome das normas coletivas.
- (E) é observado nas modernas sociedades urbanas, mas não em culturas primitivas ou pré-industriais.

50

Para elucidar o fenômeno do poder nas sociedades humanas, Max Weber estabeleceu relações entre as noções de dominação, legitimidade, obediência e coerção (uso da força).

Segundo sua teoria sociológica,

- (A) não há dominação que seja legítima.
- (B) um poder se torna dominação quando há o emprego do uso da força.
- (C) um poder, quando legítimo, se torna dominação.
- (D) quanto maior o uso da força, maior a legitimidade de um poder.
- (E) a dominação, quando exercida mediante obediência, se torna um poder.

51

Este fenômeno surge em certa forma, com o racionalismo intelectualista progressivo, sempre que os homens se arriscaram a racionalizar a imagem do mundo como um cosmo governado pelas regras impessoais. Quando se chegou a essa conclusão sem nenhum resíduo, o indivíduo pôde continuar a sua busca de salvação apenas como indivíduo.

WEBER, Max. *A psicologia social das religiões mundiais*. In: **Ensaaios de sociologia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. p. 325.

É central no pensamento de Max Weber sobre a Modernidade a ideia de desencantamento do mundo, aludida no trecho acima.

Essa ideia descreve a(o)

- (A) decadência de uma civilização que se tornou incapaz de contemplar o sagrado.
- (B) perda de sentido da vida dos indivíduos diante da anomia generalizada do mundo moderno.
- (C) emancipação dos indivíduos, alcançada pelos recentes êxitos políticos de movimentos laicos.
- (D) processo de laicização da visão de mundo, que deriva do abandono de preceitos culturais religiosos ou mágicos.
- (E) quase total desaparecimento das religiões formalizadas nos últimos séculos.

52

Ao tratar da distribuição e circulação de poder dentro das sociedades, Max Weber distingue três principais vetores de força: as classes, os estamentos (ou *status*) e os partidos.

Essa tipologia

- (A) distingue as três formas de distribuição de poder, mas as reduz a uma só fundamental, aquela que se assenta no poder econômico da classe dominante.
- (B) reconhece a existência de vários tipos diferentes de poder exercidos dentro de uma sociedade, que interagem e têm interseções, mas não se reduzem uns aos outros.
- (C) dá prioridade ao poder estamentário, porque ele é definidor de todos os demais.
- (D) aponta como exemplos de classe social as castas estabelecidas ritualmente em certas sociedades.
- (E) identifica, em sentido amplo, que existem “partidos” em todos os tipos de sociedade.

RASCUNHO

53

Por etnicidade entendem-se as práticas culturais e os modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. [...] Diferentes características podem servir para distinguir os grupos étnicos uns dos outros, mas as mais comuns são a linguagem, a história ou a ancestralidade (real ou imaginária), a religião, os modos de vestir ou outros adornos. [...] Através da socialização, os mais jovens assimilam estilos de vida, normas e crenças das suas comunidades.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Calouste Goubelinkian. 2008. p. 248-249. Adaptado.

De acordo com o trecho citado, de Anthony Giddens, a noção de etnia

- (A) designa um grupo humano demarcado por um misto de características biológicas e culturais.
- (B) é um sinônimo da noção de raça.
- (C) denomina as minorias oprimidas pelas dinâmicas do capitalismo contemporâneo.
- (D) se aplica aos grupos humanos não ocidentais, tidos como exóticos por uma concepção eurocêntrica da cultura.
- (E) se refere a um grupo humano demarcado apenas por fatores culturais.

54

Central para a teoria sociológica de Max Weber é a noção de ação social, assim definida em sua obra:

A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro [...]. Os "outros" podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: UNB, 2000. p. 13-14. Adaptado.

Nesse contexto, para Weber, as ações sociais

- (A) têm o sentido de uma ação homogênea, ou o comportamento coletivo de um determinado grupo de pessoas.
- (B) podem ser tanto internas quanto externas, assim como as ações não sociais.
- (C) são sempre irracionais, na medida em que perfazem um comportamento de rebanho.
- (D) são aquilo que acontece em todas as interações humanas.
- (E) são sempre racionais, na medida em que pressupõem uma intencionalidade deliberada.

55

Durante o processo de elaboração da Constituição de 1988, grandes grupos se articularam para garantir que seus interesses não fossem preteridos na nova Carta Constitucional. Na época, foi veiculada uma matéria de jornal que dizia:

"Lobby é como torcida de futebol, que faz barulho, xinga o juiz e às vezes influencia o jogo", comparou ontem o primeiro vice-presidente da Fiesp/Ciesp, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, ao reconhecer que existirão grupos de pressão sobre a Constituinte que se instala amanhã. Para ele, são pressões absolutamente válidas, de vários setores, não só da indústria, que tentará convencer os constituintes sobre a necessidade de suas ideias serem incluídas na nova Carta, como dos próprios trabalhadores, que preparam uma manifestação na frente do Congresso Nacional. "Lobby não é pecado", resumiu.

FIESP confirma ter grupo de pressão. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, nº 34333, p. 6, 31 jan. 1987. Disponível em: [https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/114320/1987\\_%2020%20a%2030%20DE%20JANEIRO\\_161.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/114320/1987_%2020%20a%2030%20DE%20JANEIRO_161.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 15 jan. 2024. Adaptado.

Considerando-se o contexto acima e o funcionamento das disputas de poder dentro das democracias contemporâneas, os grupos de pressão são identificados como

- (A) prepostos de grandes grupos econômicos que buscam influenciar decisões políticas recorrendo à atividade de *lobby*, abrindo mão, assim, de recorrer a estratégias político-partidárias, como financiamento de partidos políticos ou de campanhas eleitorais.
- (B) conjuntos de indivíduos que, unidos por motivações comuns, buscam influenciar as decisões que serão tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição prevalente de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de intervenção de outros grupos ou do próprio poder político.
- (C) associações societárias de caráter público-privado cuja finalidade é defender interesses da sociedade civil como um todo, fazendo frente a iniciativas particularistas que visam articular interesses de conjuntos mais específicos da sociedade civil, obstaculizando leis e políticas públicas setoriais.
- (D) organizações não governamentais cuja eficácia de suas ações independe dos recursos de que dispõem — sejam recursos financeiros, de conhecimento ou de relações interpessoais —, mas fundam-se principalmente no valor ético e moral de suas bandeiras.
- (E) representantes da sociedade civil devidamente eleitos em pleitos democrático, cujas plataformas se identificam com as causas de determinadas minorias ou associações de classe e cujas ações passam necessariamente pela burocracia formal do Estado brasileiro.

RASCUNHO

56

Recentemente, o princípio da “universalidade com diferenciação” vem sendo defendido pelo Brasil no âmbito dos debates da Agenda 2030. Para Maurício Pinheiro,

Finalmente, o Brasil defendeu a incorporação dos conceitos de igualdade de oportunidades e igualdade de resultados. Este último busca evidenciar as dificuldades de determinados grupos para alcançar resultados valorosos – um trabalho decente, um rendimento digno, níveis educacionais e de saúde adequados etc. –, mesmo em situações em que as oportunidades estão formalmente abertas a todas as pessoas (Brasil, 2014, p. 9). Muitas vezes, as desigualdades de resultados decorrem da heterogeneidade das condições pessoais – que envolvem fatores não apenas físicos, mas também sociais, institucionais e culturais –, as quais propiciam a diferentes pessoas, ainda que com acesso aos mesmos meios de bem-estar (mesma renda, por exemplo), o alcance de níveis diversos de bem-estar final. São desigualdades de resultados, por exemplo, as diferenças salariais baseadas em condições de raça ou de deficiência. Portanto, a fim de avaliar adequadamente as metas e os resultados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, requer-se a desagregação de dados e informações, de modo a aferir resultados sobre grupos humanos considerados vulneráveis (Brasil, 2014, p. 12) e, por meio de políticas focadas e transversais a esses grupos, corrigir as desigualdades de resultados.

PINHEIRO, M.M.S. Desenvolvimento, planejamento e combate às desigualdades no Brasil: notas sobre o papel das instituições a partir das contribuições teóricas de Celso Furtado e Amartya Sen. In: MAGALHÃES, L.C.G; PINHEIRO, M.M.S. **Instituições e desenvolvimento no Brasil**: diagnósticos e uma agenda de pesquisa para políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2020, p. 189. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12306/1/Cap5\\_Desenvolvimento\\_planejamento.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12306/1/Cap5_Desenvolvimento_planejamento.pdf). Acesso em: 25 jan. 2024. Adaptado.

Segundo o texto, os resultados atingidos por diferentes grupos sociais

- (A) identificam-se com as condições iniciais de oportunidades, de maneira que, dadas condições iniciais equivalentes, independentemente de recortes de classe, raça ou gênero, diferentes grupos alcançam resultados iguais ou equivalentes.
- (B) relacionam-se com o conceito de igualdade de oportunidades, na medida em que ambos divergem da criação de metas de desenvolvimento sustentáveis e viabilização de programas de combate à desigualdade, os quais, no âmbito dos ODS, sustentam-se em pilares e eixos autônomos e independentes.
- (C) anulam-se em contextos de políticas públicas focadas em grupos historicamente mais suscetíveis a condições iniciais desiguais, de maneira que a transversalidade de iniciativas governamentais não aumenta a chance de acesso a um trabalho decente ou a um rendimento digno.
- (D) se restringem às condições materiais de origem, como renda por exemplo, indicando que a situação econômica inicial de um determinado indivíduo influencia de forma preponderante os seus resultados finais.
- (E) dependem não apenas de uma condição de igualdade de oportunidades, mas também são consequências de determinados fatores, como raça ou outros traços reconhecidos como vulnerabilidades sociais, os quais, muitas vezes, dificultam o alcance de melhores níveis de bem-estar.

RASCUNHO

57

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) publicou a seguinte notícia em seu *site*:

A prisão de dez indígenas Guarani, Kaiowá e Terena ocorreu em operação conduzida pela Tropa de Choque e pelo Batalhão da Polícia Militar na manhã do dia 8 de abril de 2023, em Dourados, no Mato Grosso do Sul. A operação, sem mandado judicial, ocorreu depois de os indígenas ocuparem uma área reivindicada como parte de seu território tradicional e localizada ao lado da Reserva Indígena de Dourados. A ocupação realizada pelos Guarani, Kaiowá e Terena foi uma forma de denunciar o descumprimento dos acordos e o avanço das obras de um condomínio de luxo no local, que aguarda a demarcação pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai). Segundo os indígenas e o Ministério Público Federal (MPF), o empreendimento [...] se sobrepõe ao território chamado pelos indígenas de tekoha Yvu Vera, [...] uma das áreas localizadas no entorno da Reserva Indígena de Dourados que, nos últimos anos, têm sido alvo de intensos e contínuos ataques de fazendeiros. Na madrugada seguinte às prisões, casas indígenas do tekoha Aratikuty, vizinho a Yvu Vera, foram queimadas – segundo os Kaiowá e Guarani, por “pessoas uniformizadas”. [...] As operações policiais sem mandado judicial contra indígenas têm se tornado uma prática recorrente contra as retomadas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. Em março, outros três indígenas foram presos na região em conflito semelhante, em área disputada pelo também milionário ramo da soja. Em ambos os casos, uma propriedade privada se sobrepõe ao território reivindicado como tradicional pelos Guarani e Kaiowá.

Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/04/dez-indigenas-presos-ms/>. Acesso em: 28 dez. 2023. Adaptado.

A situação descrita acima relaciona-se com o conceito de

- (A) assimilação cultural, isto é, a perda da identidade étnica e a submissão sem resistência ao outro.
- (B) aculturação sistemática, isto é, o processo sistemático de perda de autonomia, de identidade e de direitos, no qual um grupo étnico se incorpora ao outro.
- (C) simbiose cultural, isto é, o processo pelo qual, por meio dos signos e símbolos culturais, um grupo se despoja dos costumes, tradições e direitos de sua própria classe ou grupo étnico, para tornar-se um membro de outra.
- (D) dialética étnica, isto é, processo conflituoso segundo o qual a cultura considerada superior ganha o direito de agir alheia ao amparo da lei, para reivindicar suas demandas e fazer valer suas vontades.
- (E) fricção interétnica, isto é, o “atrito” entre etnias diferentes, compreendendo as relações de produção e de exploração econômicas impostas por um outro grupo étnico a outro.

58

A Lei Complementar nº 195, de 08 de julho de 2022, conhecida como Lei Paulo Gustavo, trata das ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas em decorrência de calamidades públicas ou pandemias. Em seu artigo 8, parágrafo 9, pode-se ler:

§9º Incluem-se nas atividades abrangidas pelos instrumentos de seleção previstos no §1º deste artigo as relacionadas a artes visuais, música popular, música erudita, teatro, dança, circo, livro, leitura e literatura, arte digital, artes clássicas, artesanato, dança, cultura hip-hop e funk, expressões artísticas culturais afro-brasileiras, culturas dos povos indígenas, culturas dos povos nômades, culturas populares, capoeira, culturas quilombolas, culturas dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana, coletivos culturais não formalizados, carnaval, escolas de samba, blocos e bandas carnavalescos e qualquer outra manifestação cultural.

BRASIL, Lei Complementar nº 195, 8 de julho de 2022. Dispõe sobre apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantir ações emergenciais discriminadas ao setor cultural [...]. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 128-B, p. 1, 8 jun. 2022.

A ideia de cultura que subsidia esse documento

- (A) corresponde ao que Pierre Bourdieu propôs, isto é, a cultura como produtora de distinção, de forma que no documento acima restringem-se os códigos estéticos que identificam o pertencimento a uma determinada classe social, excluídas todas as outras.
- (B) baseia-se no chamado “folclore”, ou seja, manifestações culturais que o Estado aloca em museus etnológicos, em coleções artesanais e fonográficas com o objetivo de estabelecer aquilo que corresponde à identidade nacional.
- (C) associa-se a uma noção horizontal e diversa, e não a algo produtor de transcendência ou identidade nacional homogênea, mas que, por permear todas as esferas da vida social, reflete as relações entre expressões estéticas, pertencimento, reconhecimento, comunidade e sociedade.
- (D) valoriza e prioriza a noção de economia criativa, hierarquizando as expressões culturais segundo sua capacidade rentável, por considerar que, para ser merecedor de financiamento público, uma manifestação estética deve ser capaz de gerar valor econômico.
- (E) refere-se à literatura, às artes plásticas, à música sinfônica e a outras “artes elevadas”, em conformidade com o conceito de “alta cultura” que vigora desde o século XVIII.

RASCUNHO



59

O pensamento weberiano dedicou-se a refletir sobre o papel fundamental da burocracia na constituição do Estado.

A estabilidade dos servidores públicos é um dos institutos fundamentais que se fortaleceu com a modernização dos Estados desde o século XX. A estabilidade resguarda que os servidores públicos só podem ser demitidos em casos determinados pela lei e, portanto, não estão sujeitos às decisões políticas de troca de cargos, nem às eventuais pressões que podem gerar demissão injustificada. É nesse sentido que a estabilidade se constituiu como elemento da modernização do Estado, na medida em que ela buscava profissionalizar a atuação na burocracia estatal estabelecendo regras para seu funcionamento que separavam a vontade do governante (rei, por exemplo) da operação cotidiana da máquina. Max Weber foi um dos primeiros teóricos a analisar este processo mostrando como, na construção de Estados modernos, constituiu-se uma diferenciação entre governantes e servidores públicos. [...] A estabilidade dos servidores é idealmente um elemento fundamental nesse processo por várias razões. Nesse sentido, a primeira função da estabilidade é o fato de esta possibilitar uma continuidade da ação do Estado que não se alterará totalmente em função de cada novo governante que assume o poder. A continuidade da ação do Estado é um elemento central para construção dos direitos e do próprio capitalismo. [...] Uma segunda função é que ela garante que a regra está acima da relação entre governante e servidores públicos e que estes poderão fazer o que está previsto nas leis mesmo que isso contrarie a vontade particular do governante.

LOTTA, G. BAIRD, M. **Estabilidade no serviço público e sua relação com a democracia e o Estado de bem-estar social**. Disponível em: [https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/28/BPS\\_29\\_nps4\\_estabilidade\\_servico\\_publico.pdf](https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11537/28/BPS_29_nps4_estabilidade_servico_publico.pdf). Acesso em: 24 jan. 2024. Adaptado.

Levando em conta as contribuições da teoria weberiana apresentadas no texto acima, verifica-se que a(s)

- (A) autonomia dos burocratas tem a finalidade de garantir a aplicação de seu saber técnico na gestão do Estado e de suas políticas, para que se constitua uma tecnocracia capaz de colocar seus interesses acima do bem público.
- (B) especialização e estabilidade da burocracia estatal decorrem historicamente do esforço individual de cada servidor que, por mérito próprio, conseguiu demonstrar capacitação adequada ao ser aprovado em concorrida seleção para o cargo.
- (C) burocracia assegura a todo empreendimento de poder a continuidade no tempo, motivo pelo qual a estabilidade do servidor, no Brasil contemporâneo, deve estar associada ao tempo de vigência de um mandato de governo.
- (D) estabilidade do servidor (burocrata) e a garantia de sua autonomia, num contexto de dominação chamada de tipo racional-legal, deveriam contribuir para a despatrimonialização do poder estatal, de modo que o interesse público fosse preservado, a despeito de eventuais interesses personalistas do governante.
- (E) regras universais e impessoais, que passam a pautar o Estado que adota o modelo burocrático típico do século XX, deveriam dar suporte àquilo que é chamado de dominação carismática, na qual a autonomia da burocracia deve estar submetida à priorização da vontade pessoal do líder político.

60

Na primeira década dos anos 2000, refletindo sobre as condições de encarceramento nos Estados Unidos, o sociólogo Loïc Wacquant afirma que

A irresistível ascensão do Estado penal nos Estados Unidos durante as três últimas décadas não é uma resposta ao aumento da criminalidade – que permanece praticamente constante [...] – mas sim aos deslocamentos provocados pela redução de despesas do Estado na área social e urbana e pela imposição do trabalho assalariado e precário como nova norma de cidadania para aqueles encerrados na polarizada estrutura de classes.

WACQUANT, L. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos [a onda punitiva]** 3.ed. Rio de Janeiro: Revan, 2018. p. 15. Adaptado.

O trecho acima, em analogia com a realidade brasileira, permite concluir que o aumento agudo da população carcerária

- (A) explica-se pelo aumento relativo e proporcional da criminalidade, considerando em especial crimes contra a vida e o patrimônio, como latrocínio e homicídios.
- (B) justifica-se pelo aprimoramento dos mecanismos de segurança pública como um todo, e vem acompanhado de uma sensação crescente de segurança pela população.
- (C) relaciona-se à precarização das relações de trabalho e ao retraimento das políticas públicas de proteção, historicamente associadas ao Estado de bem-estar social.
- (D) deve-se a desvios individuais e singulares de sujeitos cuja formação ética e moral destoa dos valores partilhados pela sociedade, seja nos Estados Unidos, seja no Brasil.
- (E) revela-se como uma política pública eficaz e republicana, na medida em que retira do convívio social pessoas que evidentemente não se adequam à normatização da vida pacífica e civilizada.

61

A ideia da participação dos cidadãos na esfera pública, questionando, debatendo e deliberando sobre as questões coletivas que dizem respeito às suas vidas, é um dos elementos essenciais da política e um traço distintivo dos regimes considerados democráticos, pois

A interação de homens e mulheres no espaço público produz solidariedade e identidades comuns, agregando grupos sociais que passam a agir como sujeitos políticos, com perspectivas e construções próprias, reivindicando reconhecimento, direitos, redistribuição de renda e de poder perante as estruturas de interesses dominantes na sociedade e no Estado. [...] A participação é estratégica para construir a possibilidade de uma democracia efetiva, que represente os interesses do conjunto da sociedade e que seja um espaço de tolerância e de reconhecimento. A participação também é estratégica para a universalização de direitos (civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais), assim como para a promoção do desenvolvimento sustentável. [...] A participação social como método de governo significa o estabelecimento de uma governança e gestão democrática nas políticas e das instituições públicas, calcada na transparência, *accountability*, prestação de contas, controle cidadão/democrático e cogestão.

DIÁLOGOS SETORIAIS UNIÃO EUROPEIA - BRASIL. **Relatório Participação social na administração pública federal**: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação. [s.l.: s.n], [2012]. p. 9-17. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/participacao/participacao%20social%20na%20administracao%20publica%20federal.pdf>. Acesso em: 6 jan. 2024. Adaptado.

Considerando o texto acima, a relação entre democracia e participação social

- (A) consoma-se na participação da elite minoritária e preparada, já que a participação do cidadão comum é vista como principal indício de instabilidade democrática.
- (B) complementa-se, uma vez que, em regimes democráticos do tipo representativos, a participação social não deve transcender o direito à escolha dos representantes por meio de eleições.
- (C) constitui-se por iniciativas pontuais e evanescentes, já que instâncias permanentes de participação garantem excessivo poder de decisão ao cidadão, esvaziando assim o papel do Estado garantidor de direitos universais.
- (D) fortalece-se, na medida em que as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população possam ser expressas no espaço público de forma livre, permanente, plural e não limitada apenas pelo voto.
- (E) equivale à implementação de canais pelos quais ambos os atores (Estado e sociedade civil) possam informar-se mutuamente acerca de sugestões ou demandas.

62

Considere o texto sobre governança pública.

A associação do termo governança com as disfunções do modelo burocrático, a complexificação dos problemas do setor público e os resultados indesejáveis de múltiplos pacotes de reforma e transformação da atuação do Estado contribuíram para a sua proliferação. [...] Na perspectiva que aborda a governança como uma estratégia analítica para investigar o funcionamento do Estado e das políticas públicas, ela passa a ser entendida como um instrumento heurístico que nos permite visualizar e problematizar a dinamicidade das formas de organização e atuação do Estado e das suas políticas públicas. Trata-se de transcender as definições específicas e situadas em nichos, buscando o (re)desenho contextualizado de arranjos de governança no âmbito do setor público brasileiro, para que as diferentes ações e programas de governo se tornem mais efetivos, sendo promovidas as diversas articulações necessárias, envolvendo: i) múltiplos órgãos do aparato governamental; ii) governos e iniciativa privada; iii) governos e sociedade civil; iv) iniciativa privada e sociedade civil; e v) redes entre os três. Em suma, governança diz respeito às dinâmicas relacionais entre os múltiplos atores envolvidos, as quais podem ser tomadas como objeto de intervenção estratégica, com a finalidade de produzir as capacidades necessárias para a efetivação da ação governamental.

CAVALCANTE, P.; PIRES, R. **Governança pública**: construção de capacidades para a efetivação da ação governamental. Brasília: DF: Ipea. jul. 2018, Nota Técnica, n. 24, p. 6-8. Adaptado.

A perspectiva de governança mencionada baseia-se fundamentalmente na(o)

- (A) prescrição de formatos organizacionais padronizados a serem adotados por todos os órgãos públicos.
- (B) variação dos modos de governança no decorrer do tempo, de acordo com as estruturas dos seus arranjos e as ferramentas de políticas públicas disponíveis.
- (C) ênfase em aspectos técnico-burocráticos da governança ligados à gestão de riscos, ao monitoramento e controle da gestão das políticas públicas.
- (D) tendência à agencificação em detrimento do estímulo à intersetorialidade e do desenvolvimento de articulações transversais e interinstitucionais.
- (E) controle institucional ampliado da administração pública em detrimento de outras dimensões e mecanismos de gestão.

RASCUNHO



63

Considere o texto sobre as escalas da urbanização no Brasil.

A urbanização corresponde a um processo que promove a reorganização das bases econômica, social e política dos países, transformando os padrões de renda, consumo e produção, o exercício do poder e a própria percepção da identidade cultural e nacional a partir da perspectiva urbana. Distintas dimensões desse mesmo processo resultam em diferentes escalas da urbanização. O sistema urbano, como uma totalidade, é movido por condições e ritmos desiguais, por meio dos quais as diferentes partes se ajustam às mudanças exigidas pela economia e sociedade, motivadas pela inserção regional na divisão social do trabalho. Assim, foram demarcadas quatro classes de municípios, caracterizando quatro dimensões da urbanização brasileira, correspondentes a escalas diferenciadas do mesmo processo, a saber: i) municípios em estágio mais avançado da urbanização ou em processo de metropolização, que formam grandes manchas contínuas no território, particularmente no Sudeste e Sul do país; ii) municípios urbanizados; iii) municípios fortemente urbanizados, que, em continuidade àquelas manchas e juntamente com os da categoria imediatamente anterior, formam extensas regiões urbanas; e iv) municípios em transição ou sob influência do urbano, que conferem sentido a conceitos basilares da urbanização, como o de tecido urbano ou o de urbanização extensiva.

MOURA, R.; OLIVEIRA, S.; PÊGO, B. **Escalas da urbanização brasileira**. Brasília, DF: Ipea. mar. 2018. p. 8-14. (Texto para Discussão, n. 2372). Adaptado.

A análise comparativa das principais características dessas escalas da urbanização conduz à seguinte conclusão:

- (A) a escala dos municípios fortemente urbanizados possui o maior número de municípios, a maior concentração de população e a segunda maior participação no Produto Interno Bruto.
- (B) a escala dos municípios em processo de metropolização configura arranjos espaciais de natureza urbano-regional e apresenta as proporções mais elevadas de fluxos pendulares de saída.
- (C) as escalas de municípios urbanizados e daqueles em transição ou sob influência do urbano detêm a menor proporção de municípios com menos de 50% das ocupações em atividades não agrícolas.
- (D) nas escalas dos municípios urbanizados e dos municípios em transição ou sob influência do urbano encontram-se predominantemente os baixos e mais baixos índices de vulnerabilidade social.
- (E) na escala de municípios urbanizados predominam áreas de elevada concentração populacional em aglomerações urbanas que configuram unidades expandidas e multipolarizadas, algumas em processo de megalopolização.

64

Considere o texto sobre planejamento.

O planejamento está intimamente ligado à função distributiva do Estado, aos problemas da identificação da demanda social, da escolha pública e da priorização dos bens públicos. [...] A evolução teórica sobre planejamento e orçamento compreende várias etapas de aprimoramento associadas aos necessários ajustes desses instrumentos à realidade social, política e econômica vigente em cada período histórico. [...] O planejamento, enquanto instrumento estratégico da ação pública, tem seu início de aplicação nos anos 1930, após a constatação das falhas do mecanismo de mercado na superação da crise de 1929 e a emergência da macroeconomia keynesiana. A partir do novo paradigma teórico sobre o papel do Estado na economia, são identificadas diversas etapas ou fases na evolução do processo de planejamento e orçamento no Brasil.

MENDES, C. C.; ABREU, W.; M. de; SOUZA, T. E. **Teoria e prática sobre planejamento e orçamento plurianuais**. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2021, p.5-13. (Texto para Discussão, 2674). Adaptado.

Com relação aos modelos adotados no Brasil, identificam-se, nos anos 2000, o planejamento e o orçamento com a característica principal:

- (A) desenvolvimentista, com a criação do Conselho Federal de Comércio Exterior como órgão centralizador e disciplinador de planejamento.
- (B) reformista, com ênfase na reforma gerencial, buscando maior eficiência da ação estatal e a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- (C) incrementalista, com estímulo estatal ao crescimento econômico, planejamento centralizado e a criação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento.
- (D) planejamentista, com destaque para o planejamento industrial e os planos setoriais como o Salte – Saúde, Alimentação, Transporte e Energia.
- (E) estabilizadora, com prioridade na estabilidade macroeconômica e a reformulação do planejamento com instrumentos como a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

RASCUNHO

65

Considere o texto sobre os assentamentos urbanos precários no Brasil.

A precariedade da moradia popular tem alta visibilidade material e simbólica na sociedade brasileira. Os assentamentos precários apresentam várias configurações, como favelas, loteamentos irregulares ou clandestinos, cortiços, conjuntos habitacionais degradados, etc., correspondendo cada denominação a uma forma específica de processo de produção desses assentamentos. [...] Os mecanismos formais de acesso à terra e à moradia, seja pela via do mercado, seja pela via das políticas públicas, sempre foram insuficientes, atendendo, quando muito, apenas parte das necessidades reais da população e usualmente por meio de soluções habitacionais de baixa qualidade e com um escasso grau de acesso e de integração à infraestrutura e aos equipamentos urbanos. Nesse contexto, o acesso à habitação só se viabilizou através de terras ociosas e de auto-construção da moradia, gerando assentamentos insalubres, frequentemente ocupando áreas de risco e com a sua segurança física comprometida pela ausência de técnicas e de materiais adequados para a construção. [...] O tamanho e o crescimento das favelas aparecem então como os mais importantes indicadores da gravidade da situação urbana no Brasil.

CARDOSO, A. Assentamentos precários no Brasil: discutindo conceitos. In: MORAES, M.; KRAUSE, C.; LIMA NETO, V. (ed.). **Caracterização e tipologia de assentamentos**: estudo de casos brasileiros. Brasília, DF: Ipea, 2016. p. 29-30. Adaptado.

O problema da precarização dos assentamentos urbanos decorre fundamentalmente do seguinte fator:

- (A) a oferta contínua de unidades habitacionais novas por meio dos setores formais, o mercado ou o Estado, para famílias de baixa renda
- (B) a expansão progressiva do licenciamento de empreendimentos imobiliários em loteamentos com registro oficial do poder municipal
- (C) a dilatação do mercado fundiário e do sistema financeiro com oferta de crédito e de juros subsidiados pelo governo federal em favelas
- (D) a ocupação espontânea, organizada ou não, de terras ou de imóveis vazios, por meio de mecanismo informal de mercado
- (E) o excesso de terra urbanizada com provisão adequada de infraestrutura, de equipamentos e serviços básicos nas periferias

66

Considere os Textos I e II sobre governança.

Texto I

Um sistema de governança apenas pode resultar legítimo se incorpora a nova realidade do poder distribuído mediante novas formas de participação, ao mesmo tempo em que deve encontrar os meios para a gestão da complexidade em seu mais alto nível, tanto dentro dos Estados e nações quanto entre eles. Na prática, isso significa que o poder na tomada de decisões deve descentralizar-se ao máximo entre comunidades de cidadãos ativos nos âmbitos de sua competência. Calibrar a jurisdição apropriada para a governança se converte, assim, em seu maior desafio.

BERGGRUEN, N.; GARDELS, N. **Gobernanza Inteligente para el Siglo XXI**. Madrid: Taurus, 2013. p. 161. Adaptado.

Texto II

A governança pode ser entendida como o modo de governar os assuntos públicos e de caráter global com o concurso do Estado, do mercado e da sociedade civil. Assim, pode-se definir um modo de governança referido à utilização dos mecanismos gerenciais e da economia neoinstitucional no setor público, propondo sistemas de governo cuja preocupação esteja centrada na competência, nos mercados, nos consumidores e nos resultados ou impactos, bem como em princípios como eficiência e gestão por desempenho.

GONZÁLEZ ESTEBAN, E. **Ética y Gobernanza**: un cosmopolitismo para el siglo XXI. Granada: Comares, 2013. p. 7. Adaptado.

Comparando-se mutuamente os Textos I e II, conclui-se o seguinte:

- (A) o Texto I contesta o Texto II, restringindo-se à governança supranacional ou mundial.
- (B) o Texto I retifica o Texto II, recusando a governança como auto-organização das comunidades.
- (C) o Texto II especifica o Texto I, abordando a governança como nova gestão pública.
- (D) o Texto II contradiz o Texto I, definindo o conceito de governança corporativa ou empresarial.
- (E) os Textos I e II abordam a governança sob enfoques temáticos incompatíveis entre si.

RASCUNHO

RASCUNHO



67

Considere o texto sobre o desenvolvimento humano rural brasileiro.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), proposto inicialmente em 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, considera em seu cálculo três dimensões: a longevidade, o conhecimento e o acesso a recursos que garantam minimamente um nível de vida decente. Para a década de 2010, o estudo da desagregação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) por situação de domicílio demonstra que os espaços rurais do Brasil registraram menor desenvolvimento humano do que as áreas urbanas. O IDHM Rural reflete a importância da desagregação de um conjunto de indicadores capaz de diagnosticar as condições sociais das pessoas e das famílias e a necessidade de dar continuidade à construção desse índice para o espaço rural brasileiro, refinando cada vez mais as métricas com o objetivo não apenas de mensurar e de observar os avanços e os efeitos do que já vem sendo executado, mas também de captar as novas sutilezas que se impõem, decorrentes das conjunturas políticas e econômicas em curso.

PINTO, C.; ROCHA, B.; PIRANI, N. Indicadores sociais e desenvolvimento rural: um estudo sobre o índice de desenvolvimento humano municipal rural no Brasil. In: Ipea. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**. Brasília, DF: Ipea, n. 18, p. 100-101, jan.-jul. 2018. Adaptado.

Considerando-se o estudo do IDHM Rural no período mencionado, identifica-se a seguinte característica do espaço rural brasileiro:

- (A) a dimensão longevidade registra valores de baixo e muito baixo desenvolvimento humano em todo país.
- (B) a dimensão renda registra os melhores resultados nos estados das regiões Norte e Nordeste.
- (C) o estado do Amazonas registra o IDHM Rural mais alto de todo o território nacional.
- (D) o Distrito Federal registra o IDHM Rural muito baixo em toda a região Centro-Oeste.
- (E) as situações de baixo e médio desenvolvimento humano prevalecem em praticamente todo o país.

68

Considere o texto sobre a realidade urbana brasileira.

Durante os anos 1990, a realidade urbana brasileira apresentava uma nova divisão territorial do trabalho. Evidências empíricas permitiram identificar um processo socioespacial devido, em grande medida, à capacidade de atração dos pobres pela metrópole, onde vem engrossar uma demanda de empregos formais e de serviços urbanos que a cidade do capital monopolista não atende. Nesse contexto, identifica-se uma situação constatada por três indicadores: i) o PIB cresce menos nas metrópoles que no país como um todo e em certas áreas de sua região de influência; ii) nas áreas onde o capitalismo amadurece, há tendências à reversão do leque salarial, com certas ocupações menos bem remuneradas envolvendo um maior percentual de trabalhadores na metrópole que no campo; e iii) certos índices de qualidade de vida tendem a ser melhores no interior do que nas regiões metropolitanas. A metrópole não para de crescer. Mas outras regiões crescem mais depressa.

SANTOS, M. **Por uma Economia Política da Cidade**. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 75. Adaptado.

No período referido, por meio dos indicadores mencionados, constata-se o seguinte processo socioespacial:

- (A) rurbanização
- (B) urbanismo rural
- (C) ruralização urbana
- (D) involução metropolitana
- (E) conurbação metropolitana

RASCUNHO

RASCUNHO

69

Considere o texto sobre planejamento regional.

Apesar da importância dada à problemática regional na Constituição Federal de 1988, a década de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 apresentaram um relativo esvaziamento do planejamento regional. Nesse período, enfatizou-se o planejamento econômico nacional, marcado pelos planos plurianuais. A retomada das discussões acerca das políticas e estratégias adotadas para o desenvolvimento regional circunscreve-se ao final do ano de 2003, quando uma equipe da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional elaborou a proposta original da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). A PNDR foi instituída por decreto em 2007, indicando a incorporação de diversas mudanças teóricas, metodológicas e operacionais, que podem ser observadas nas discussões acerca do planejamento nas escalas nacional e regional, tanto na esfera técnica como na acadêmica, correspondendo ao marco recente mais importante das políticas regionais no país.

SILVA, S.A. da. **A PNDR e o planejamento regional brasileiro no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Ipea. nov. 2015, p.8. (Texto para Discussão, n. 2150). Adaptado.

Dentre as mudanças decorrentes da implementação e execução da PNDR, destaca-se a

- (A) criação dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – Enid
- (B) eliminação dos Arranjos Produtivos Locais – APL – em áreas prioritárias
- (C) priorização da escala macrorregional devido à homogeneidade das regiões
- (D) extinção da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam
- (E) recriação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene

70

Considere o texto sobre a rede urbana brasileira.

No estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 2018, a rede urbana brasileira está estruturada em duas dimensões: a hierarquia dos centros urbanos, dividida em cinco níveis; e as regiões de influência, identificadas pela ligação das cidades de menor para as de maior hierarquia urbana. A unidade urbana de análise e exposição dos resultados da pesquisa Regiões de Influência das Cidades é o conjunto formado por Municípios e Arranjos Populacionais. Isto se deve ao fato de que a unidade funcional cidade pode vir a ser composta não apenas por um, mas por vários municípios que são indissociáveis como unidade urbana. Trata-se de municípios conurbados ou que possuem forte movimento pendular para estudo e trabalho, com tamanha integração que justifica considerá-los como um único nó da rede urbana.

IBGE. **Regiões de Influência das Cidades**: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. p.13. Adaptado.

De acordo com o estudo do IBGE, considerando-se a classificação dos centros urbanos, identifica-se a abrangência da região de influência de

- (A) Goiânia, como metrópole, nos estados de Goiás e de Tocantins
- (B) Belém, como capital regional, nos estados do Pará e do Amapá
- (C) Salvador, como capital regional, nos estados da Bahia e de Sergipe
- (D) Manaus, como capital regional, nos estados do Amazonas e de Roraima
- (E) Fortaleza, como metrópole, nos estados do Ceará, de Pernambuco e da Bahia

RASCUNHO

RASCUNHO